



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

PONTA PORÃ: SEGURANÇA E VIOLÊNCIA

ANDRE PESSOA RODRIGUES

**TRÊS LAGOAS/MS
2015**

ANDRE PESSOA RODRIGUES

PONTA PORÃ: SEGURANÇA E VIOLÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração: Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob orientação do Profº. Drº. Tito Carlos Machado de Oliveira.

**TRÊS LAGOAS/MS
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRE PESSOA RODRIGUES

PONTA PORÃ: SEGURANÇA E VIOLÊNCIA

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora em:

30 de setembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tito Carlos Machado de Oliveira
Presidente e Orientador (UFMS/CPTL)

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
Membro da banca (Membro Interno - UFMS/CPTL)

Profa. Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto
Membro da banca (Membro Externo - UFGD)

Prof. Dr. Arnaldo Yoso Sakamoto
Suplente (UFMS/CPTL)

TRÊS LAGOAS/MS
2015

DEDICO

*Dedico ao alicerce do presente trabalho: a
família.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

À Pró-Reitoria de Pesquisas e Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PROPP/UFMS).

Ao Programa de Pós-Graduação, nível de Mestrado, em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

Ao Profº Dr. Tito Carlos Machado de Oliveira, inicialmente por ter aceitado desenvolver uma pesquisa que sempre foi instigante a mim, e que, independentemente da distância, sempre se fez presente no desenvolver deste trabalho com compreensão e respeito, além do apoio e incentivo para o mesmo.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS, em especial Arnaldo Yoso Sakamoto, Wallace de Oliveira, Francisco José Avelino Jr. e Edima Aranha Silva, pelas disciplinas e pelo conhecimento transmitido durante esses dois anos de Mestrado. Agradeço pelas contribuições e pela atenção.

Aos colegas da Turma de Mestrado 2013/2014, pelo que foi construído dentro e fora das salas de aula, pelos trabalhos de campo e por tudo aquilo que foi compartilhado.

Aos técnicos de laboratório e amigos César Cardoso Ferreira e Hermiliano Felipe Decco, pelo suporte no desenvolver do trabalho e contribuições. À secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Josilene Moreira Silveira, e à ex-secretária Tássia Maionchi Zocal, pelas inúmeras vezes em que a ajuda solicitada foi atendida, e pelo amparo em geral.

Aos amigos que a UFMS me trouxe, Glauber Barbosa, Frederico dos Santos, Andressa Gouveia, Camila de Moura, Renan Silva, Karen Cristina Pereira e Heloissa Gabriela Silva, pelo companheirismo e parceria firmada.

Aos meus companheiros do lar Cesar Cardoso Ferreira, Thiago de Andrade Águas e Suzane Ferreira de Lima, pelo respeito e convivência harmoniosa nesses dois anos, em especial por partilharmos o gosto pela ciência e, assim, falarmos a mesma língua dentro e fora de casa.

A todos os amigos especiais que a vida me proporcionou, os de muito e os de pouco tempo de amizade, que mesmo não estando presentes no cotidiano, o fizeram nessa etapa. Pelo apoio na jornada, pela compreensão e companheirismo, mesmo ausentes fisicamente.

À minha família, pai, mãe e irmão, que nunca duvidaram do propósito de desenvolver essa pesquisa, pelo incentivo e correções e, principalmente, por entenderem que a distância é somente um adereço ao amor que existe. Aos demais familiares, pelo carinho e por acreditar que seria possível.

Enfim, fica a gratidão a Deus por ter me feito capaz e provar para mim mesmo que a vontade feita nem sempre é a minha, mas que os objetivos e sonhos por mim tidos podem ser alcançados. Agradeço a todos que direta e indiretamente acreditaram nesse trabalho, pela torcida e pelas contribuições. Muito obrigado.

*Misterioso luar de fronteira, derramando no espinhaço quase um mar
Clareando a aduana, minha sorte anunciada misteriosamente à lua sobre nada
Espalhe por aí, boatos de que eu ficarei aqui.
(Lelo Zanetti/Chico Amaral).*

RESUMO

PONTA PORÃ: SEGURANÇA E VIOLÊNCIA

O município de Ponta Porã, situado em Mato Grosso do Sul, apresenta uma característica que merece a atenção da ciência geográfica: o fato de estar em uma fronteira seca. Tal condição não é própria somente da referida, entretanto, destaca-se por possuir suas peculiaridades em uma localidade diferenciada. Dessa forma, intui-se abordar como é a segurança e a violência em um município fronteiriço, pelo fato de que o mesmo está em intenso contato uma cidade que não é da mesma nação. O município vizinho, de Pedro Juan Caballero, possui suas dinâmicas próprias que, por sua vez, agregam-se às de Ponta Porã. Baseada em um levantamento bibliográfico que permeia sobre a questão da fronteira, sua integração e a segurança e violência, a discussão colabora com a temática da fronteira para a Geografia e suas abordagens. Através da análise de um banco de dados quantitativos e a aplicação de entrevistas entre alguns atores locais selecionados, permitiu-se elaborar uma pesquisa que envolvesse a fronteira, a segurança e a violência, a partir de Ponta Porã. Portanto, são expostas algumas reflexões sobre o cruzamento dos dados quantitativos e qualitativos, destacando o fato de que a fronteira de Ponta Porã não deve ser caracterizada como mais ou menos violenta pela sua condição e localização geográfica.

Palavras-chave: Fronteira, segurança, violência.

ABSTRACT

PONTA PORA: SAFETY AND VIOLENCE

The county of Ponta Porã, located in Mato Grosso do Sul, has a feature that deserves the attention of geographical science: the fact of being in a dry border. Such a condition is not only for itself, however, stands out because it has its peculiarities in a different location. Then, it aims to show how the security and violence is in a border town, by the fact that it is in intensive contact with a city that is not in the same nation. The neighboring city of Pedro Juan Caballero, has its own dynamics which, in turn, add it to Ponta Porã's. Based on a literature that permeates the issue of border integration and security and violence, the discussion contributes to the theme of the border for Geography and its approaches. By analyzing a quantitative database and application interviews among some selected local actors, it was allowed to draw up a survey involving to the border, security and violence, from Ponta Porã. So, there are the exposing of some reflections on the crossing of quantitative and qualitative data, highlighting the fact that the border of Ponta Pora should not be characterized as more or less violent for its condition and geographic location.

Keywords: Boundary, security, violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Ponta Porã.....	39
Figura 2: Faixa de Fronteira no estado de Mato Grosso do Sul.....	41
Figura 3: Estados da Faixa de Fronteira no Brasil.....	42
Figura 4: Localização da área urbana de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.....	47
Figura 5: Caracterização da área urbana de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.....	48
Figura 6: Municípios selecionados para estudo.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: MS: Incidência de crimes na Faixa de Fronteira e no Estado.....	57
Tabela 2: MS: Homicídios de 2010.....	58
Tabela 3: MS: Homicídios de 2011.....	58
Tabela 4: MS: Homicídios de 2012.....	59
Tabela 5: MS: Incidência de furtos nas grandes cidades.....	60
Tabela 6: MS: Incidência de roubos nas grandes cidades.....	60
Tabela 7: MS: Incidência de porte de drogas nas grandes cidades.....	60
Tabela 8: MS: População das grandes cidades.....	62
Tabela 9: MS: Incidência de roubo nas grandes cidades.....	64
Tabela 10: MS: Incidência de furto nas grandes cidades.....	64
Tabela 11: MS: Incidência de homicídios dolosos nas grandes cidades.....	64

LISTA DE SIGLAS

CADEF – Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço

DOF – Departamento de Operações de Fronteira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Primeiro Comando da Capital

PDFF – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. Referencial teórico.....	20
1.1. A questão fronteiriça.....	20
1.2. A integração na fronteira.....	28
1.3. A segurança e a violência.....	33
2. Caracterização da área de estudo.....	38
2.1. Ponta Porã: cidade de fronteira.....	38
2.2. Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.....	44
3. Estrutura e segurança em Ponta Porã.....	53
3.1. Apresentação dos dados sobre a incidência de crimes.....	56
3.1.1. Relação da Faixa de Fronteira com o Estado de Mato Grosso do Sul.....	56
3.1.2. Relação da Faixa de Fronteira com Ponta Porã.....	57
3.1.3. Comparação de Ponta Porã com grandes cidades de Mato Grosso do Sul.....	61
4. Violência e segurança em Ponta Porã.....	66
5. A relação entre os dados e as percepções das entrevistas.....	82
Conclusão.....	96
Referências bibliográficas.....	98

INTRODUÇÃO

O Município de Ponta Porã situa-se no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro Oeste do Brasil. O Estado possui extensa área de fronteira cruzando de Norte a Sul seu território com área limítrofe em vizinhança à Bolívia e ao Paraguai. Essa é a particularidade de Mato Grosso do Sul em relação às outras unidades da federação.

Tais países vizinhos possuem contato com o Oeste do estado e do Brasil, trazendo a fronteira à discussão. Ponta Porã possui seu perímetro urbano unido ao do município paraguaio de Pedro Juan Caballero, situado no Departamento de Amambai. Essa fronteira seca estabelece dinâmica peculiar ao tratar a questão da segurança e violência, pois existem diferenças cotidianas entre o Brasil e Paraguai.

A cooperação entre os países é clara, entretanto, a dificuldade de estabelecer política partilhada para a eficácia do funcionamento da segurança também existe. A integração entre os países torna-se complicada devido às divergências legais, mesmo sendo um aspecto importante.

Mesmo com o consenso de a fronteira ser um local para o ilícito, a presença de ações criminosas traz, a qualquer local, a concentração de atividades ilegais e, por conseguinte, torna determinadas regiões violentas. Dessa forma, a população é consciente e exige eficácia dos órgãos de patrulhamento. Questiona-se assim, como é desenvolvido o trabalho destes para manter a segurança cidades fronteiriças.

A integração de tais serviços deveria ser bem articulada para os resultados serem plausíveis, a fim de veicular à população local e regional um local pacífico, mesmo sendo inevitável a existência da violência, principalmente em municípios que são unidos geograficamente, como é o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. O que deve ser entendido é que qualquer fato ocorrido na fronteira não abrange somente o município e tampouco a área nacional, mas, também, o país vizinho, ultrapassando os limites territoriais do Brasil, alcançando o Paraguai e não tão somente na de fronteira, mas também em seu interior. Posto isso, entende-se que a propagação supera os limites nacionais de um município fronteiriço.

A faixa de fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul possui alguns municípios além de Ponta Porã, que são cidades-gêmeas. No entanto, a referida localidade apresenta destaque de contingente, de fluxo e influência regional, dentre os fronteiriços situados no Sul do Estado.

Portanto, compreender a situação da violência e, por sua vez, da segurança em um espaço, devido à sua localização, apresenta certa peculiaridade, visto que são envolvidos diversos elementos no cotidiano daqueles que habitam Ponta Porã.

É importante caracterizar a situação da segurança de Ponta Porã para a compreensão de sua complexidade, a partir de suas singularidades. A fronteira foi o centro das discussões desse trabalho, de forma que os estudos fronteiriços são e estão cada vez mais enriquecedores, com sua forma própria de ilustrar a interação do homem com o meio. García (2006, p. 12) elucida a necessidade de realizar pesquisas nessas localidades, pois é preciso “proyectar una visión dinámica e interactiva de la realidad, mostrando un especial interés por la descripción y la comprensión de los procesos en sus múltiples conexiones y consecuencias”.

Este trabalho possui como Objetivo Geral demonstrar a situação de violência e segurança em Ponta Porã a partir de sua condição de ser fronteira, através dos números sobre a violência e a percepção dos atores locais.

Como objetivos específicos foram delineados:

- a. Fazer um comparativo da violência e segurança de Ponta Porã em relação a outras fronteiras e a outras cidades do Mato Grosso do Sul;
- b. Detectar a opinião de alguns atores sociais específicos;
- c. Correlacionar os dados com a percepção dos atores.

Os objetivos permitiram desenvolver o presente estudo baseado em uma metodologia que contempla o levantamento bibliográfico para a discussão dos conhecimentos já produzidos sobre a temática.

A metodologia trabalhada com bases de dados oriundas da Polícia Federal e da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, possibilitando a elaboração de tabelas de sistematização de informações.

Foram realizadas entrevistas abertas com alguns profissionais da área da segurança, como: policial militar, que contemplou a presença de um

profissional desligado da instituição e, por sua vez, pôde contribuir com informações sobre a segurança pelo seu conhecimento, entretanto, sob uma perspectiva externa. Com integrantes da Força Nacional que apresentaram uma versão sobre a segurança em Ponta Porã sempre em comparação com outros municípios pelos quais já estiveram em serviço, além de suas dificuldades e receios no município, além de delegados de municípios vizinhos à Ponta Porã, que puderam fazer um panorama de como é a segurança por trás da gestão.

Também foram realizadas entrevistas com representantes dos órgãos de fiscalização e questão legal, como o auditor da Receita Federal, que permeou seu discurso sobre as dificuldades que a instituição enfrenta por estar situada na fronteira e como é o desenvolvimento do trabalho cotidiano, além de sugestões interessantes de aprimoramento do serviço em Ponta Porã; o juiz federal que destaca como é a estrutura do legislativo do município e estabelece um panorama geral de como é o funcionamento e quais crimes ocorrem em maior quantidade, como acontecem e se propagam; e um promotor; que coopera sob um mesmo esteio que o juiz, apresentando como é o funcionamento e como são trabalhadas as situações que envolvem os crimes na fronteira.

Os representantes do comércio cooperaram significativamente para a pesquisa, pois de um modo geral, apresentaram a situação de como a população de Ponta Porã interpreta a fronteira. São eles, um do ramo hoteleiro e outro do alimentício (intimamente ligadas aos fluxos do município), que rica e fielmente participaram da entrevista, não mascarando as realidades tanto dos clientes como deles mesmos, como participantes e consumidores daquele espaço de fronteira; além de um comerciante paraguaio que versou sobre as relações de comércio entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, apresentando as potencialidades e dificuldades encontradas na fronteira.

Foi possível entrevistas alguns gestores dos órgãos públicos, como a diretora do presídio feminino de Ponta Porã, que caracteriza como é a realidade do presídio e das detentas, sua estrutura deficiente e o belo trabalho realizado cotidianamente. O prefeito municipal expõe como a fronteira é vivida pela gestão pública de um município em tal condição, colocando como são tratadas as situações pela prefeitura e, por fim, com representantes do hospital,

a diretora, enfermeira e a farmacêutica do local, que apresentam o trabalho em um ambiente de saúde, a incidência de casos que podem ser acentuados pela fronteira e etc.

Foram selecionados alguns representantes da comunidade, como um radialista, que traz um raciocínio histórico de Ponta Porã, comentando seus fatos cotidianos; uma detenta, que caracteriza o crime e a segurança em Ponta Porã pelo lado de quem o pratica, destacando fatos relevantes sobre a ocorrência dos mesmos e, por fim a assistente social, que caracterizou a presença do jovem, menor, em uma fronteira e, assim, quais são as peculiaridades. No entanto, de uma forma geral, deve-se atentar ao fato de que foram expostas situações delicadas de serem aqui colocadas.

As entrevistas foram realizadas com o intuito de absorver a percepção dos selecionados de maneira aberta, na qual puderam expor quais eram suas opiniões frente a temática, na qual foram colocados alguns pontos a serem traçados, como por exemplo, qual é a relação do local com a violência, como a população se faz presente em um ambiente de fronteira, se há segurança e qual é o sentimento de todos eles em relação a isso, se sentem-se seguros ou não e suas justificativas, quais as vantagens e desvantagens de morar em uma fronteira, enfim, elementos que permitissem a todos apresentar quais são suas opiniões quando trata-se da fronteira como condição de vida. Isso permitiu com que fossem analisadas suas opiniões para construir um diálogo entre os dados quantitativos e qualitativos.

Houve situações nas quais o debate entre o entrevistado e quem entrevistou de plena conexão, corroborando em entrevistas de grande cooperação. Entretanto, não se atingiu tal nível de complexidade em todas, já que não foi exigido por parte de quem entrevista rigidez quanto às respostas, a fim de fazer com que o entrevistado sentisse liberdade em poder expor suas respostas e opiniões.

A seleção dos entrevistados baseou-se na construção de uma percepção que permitisse apresentar opiniões de vários segmentos de quem habita Ponta Porã, de maneira a alcançar pontualmente diversas opiniões e para analisar se as informações são congruentes. Mesmo com a não realização de algumas entrevistas, que não aconteceram por motivos adversos,

foi possível estabelecer a discussão baseada nas entrevistas, já que em sua maioria, obteve-se o que se esperava.

As duas visitas ao município propiciaram, então, a manipulação dessas informações de modo a possuir o banco de dados qualitativos. Porém, concluiu-se também que a necessidade do trabalho empírico é essencial e, por sua vez, poderia complementar ainda mais a discussão estabelecida no presente trabalho. Destarte, se fosse possível a realização de ao menos mais uma bateria de entrevistas, seria permitido complementar a discussão qualitativa e percorrer segmentos que não foram trabalhados na presente discussão. Tal fato incrementaria a variedade de entrevistas, subsidiando todas as informações já existentes. Mas, as dificuldades encontradas para a realização do trabalho de campo não permitiram que isso ocorresse, agregadas ao fato de que tal necessidade foi notada fora de tempo hábil de execução, devido ao planejamento necessário para a aplicação das entrevistas, como o deslocamento até Ponta Porã, o agendamento com os entrevistados, etc.

Não é objetivo do trabalho apresentar a percepção geral da população de Ponta Porã, nem tampouco de Pedro Juan Caballero, pois a demanda de tempo e custo para tal realização não corresponde com a disponibilidade da presente pesquisa, por ser realizada em um curso de mestrado. Também, não se pretendeu fazer a percepção da população como um todo e sim, de alguns selecionados e julgados de acordo com suas opiniões públicas, que teriam o mínimo de conhecimento de Ponta Porã. E por fim, não se desejou apresentar fatores que propiciassem a discussão sobre a Geografia do Crime, mesmo havendo a pauta da violência, pois cabe à ciência geográfica discuti-la.

No total, foram 15 entrevistas com 20 pessoas, realizadas no final do primeiro semestre do ano de 2013. O conteúdo das entrevistas apresenta-se como elemento de suporte à discussão e os entrevistados não serão nomeados e nem enumerados, somente citados, considerado o caráter sigiloso das informações.

A aplicação das mesmas, pela quantidade, necessitou de dedicação e tempo, além do custo, já que foram encontrados empecilhos durante o contato com alguns dos entrevistados que inicialmente estavam dentre os que eram de interesse. Algumas entrevistas não foram realizadas, como as de representantes da Associação Comercial de Ponta Porã, do complexo

comercial Shopping China e de Associações de Bairros, sejam por indisponibilidade de horário, compromissos, entre outros.

Tal metodologia foi espelhada em uma desenvolvida por Machado *et al* (2006)¹ em pesquisas de campo no estado de Mato Grosso do Sul, colocando-a como uma ferramenta possivelmente eficaz.

A partir da análise empírica de Ponta Porã e do cruzamento de dados, foi possível tecer informações da situação da segurança e da violência em Ponta Porã, e propor a compreensão sobre a temática e a situação abordada.

A realização do trabalho foi importante, porém, encontrou algumas dificuldades para a sua concretização, como a sintetização dos dados estatísticos, carregados de informação, e a difícil tradução dos mesmos em tabelas, além do deslocamento até Ponta Porã, pela distância em que o município está em referência aos pesquisadores.

O trabalho está organizado e dividido em cinco capítulos: o primeiro discute o referencial teórico da temática, com abordagem fronteiriça, de integração na fronteira e a segurança e a violência na localidade; o segundo possui a caracterização da área de estudo, apontando a situação da fronteira de Ponta Porã e, por sua vez, sua singularidade e a relação que a mesma tem com a cidade de Pedro Juan Caballero; o terceiro apresenta a estrutura de segurança, com dados quantitativos sobre as localidades que possuem correlação com Ponta Porã; o quarto discute as entrevistas realizadas pela pesquisa, a fim de caracterizar a violência e a segurança em Ponta Porã e; por fim o quinto capítulo, que possui a análise da relação dos dados quantitativos com os qualitativos, além de apresentar a conclusão, na parte final do texto.

Dessa forma fez-se um panorama sobre o tema discutindo o município de Ponta Porã e trazendo suas especificidades. Assim foram apresentados os dados quantitativos sobre a segurança, além de análise da população como atores locais, abrangendo elementos que possibilitaram a conclusão do trabalho.

¹ O presente trabalho teve como referência as entrevistas realizadas pelos autores em trabalhos de campo na fronteira, que por sua vez, obtiveram êxito, tornando-as assim espelho a presente pesquisa de campo.

1. Referencial teórico

1.1. A questão fronteiriça

A fronteira é um espaço particular a ser trabalhado e analisado pela ciência geográfica, devido ao fato de relacionar intrinsecamente a interação do homem com o meio, além das relações geopolíticas existentes entre as duas ou mais nações que a envolvem.

Ao ser analisada pela ciência geográfica, a fronteira proporciona a discussão sobre a sua complexidade, devendo ser trabalhada em âmbito particular inicialmente, pelo fato de abranger informações consideráveis. Para Oliveira (2010, p, 242), as coisas que ali acontecem são movidas, ratificadas e legitimadas pela condição geográfica, obrigando, como efeito, a leitura diferenciada daquele ambiente.

Esse diferencial pode ser trabalhado desde a análise dos conceitos geográficos como, por exemplo, o de território que segue um raciocínio mais abrangente, por lidar com as diferentes interpretações que o território pode ter, desencadeados não somente pelas diferenças políticas e econômicas, mas também sociais que os mesmos se inserem ao situarem-se na fronteira, como destacado por Machado *et al* (2006):

A começar por uma concepção de território que rompe com a visão mais tradicional. Em vez do território reduzido a sua dimensão jurídico-administrativa, de áreas geográficas delimitadas e controladas pelo Estado, entende-se que o território é também produto de processos concomitantes de dominação ou apropriação do espaço físico por agentes não-estatais. Nota-se que os processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e apropriação (cultural-simbólica) do espaço geográfico nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos (2006, p. 90-91).

A partir de outra perspectiva apontada por Machado *et al* (2006), pode-se trabalhar com a ressalva da reconstrução dos espaços através de elementos como a integração sociocultural existente na fronteira, alavancada pela presença do espaço urbano que une a diversidade cultural, sob a égide de seu conceito de regionalização:

Diante dessas conceituações de território, territorialidade, rede e identidade, a regionalização deve ser vista não só como instrumento analítico, e neste caso também político, instituído pelo investigador, mas como processo efetivo, forjado na própria ação dos indivíduos e comunidades que, conjugando múltiplos interesses, econômicos e políticos, e produzindo identificações sócio-culturais diversificadas, redesenham constantemente seus espaços. Daí a importância de se incluir o urbano, representado aqui pelas cidades-gêmeas, núcleos articuladores de redes (e sub-redes) locais, regionais, nacionais e transnacionais (2006, p. 94).

Ambos conceitos trabalhados pelos autores anteriormente agregam-se a discussão e o raciocínio do presente trabalho, visando trabalhar sob um viés geográfico baseado nas integrações que a sociedade fronteiriça possui. Salienta-se a peculiaridade da fronteira como território de apropriação de processos que se desenvolvem em conjunto e são, por sua vez, articulados ao meio no qual se encontram.

Destarte, é possível apresentar o conceito de zona de fronteira de Machado *et al* (2006), que trabalham sob uma perspectiva de compreensão da interação do mesmo, sendo um dos pilares do presente trabalho, tendo como premissa os conceitos de território e regionalização previamente discutidos. Vale lembrar que a faixa de fronteira é tida como um elemento geopolítico que caracteriza o espaço a ser analisado, muito bem colocado pelos autores supracitados:

Enquanto a faixa de fronteira constitui uma expressão de *jure*, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, um espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída é a das cidades-gêmeas (2006, p. 95).

A zona de fronteira então se caracteriza como um espaço que apresente as diferenças dos Estados-Nações de maneira integrada, corroborando em um espaço singular, território não politicamente delimitado quando se trata das interações sociais, como colocado por Machado *et al* (2006):

Produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas, a zona de fronteira é o espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações do local e do internacional, e espaço-limite do

desejo de homogeneizar a geografia dos Estados nacionais (2006, p. 95).

É possível analisar a fronteira de forma ampla a partir de tais conceitos comentados anteriormente. O que é necessário apresentar é a cooperação de um espaço que mesmo sendo politicamente separado desenvolve-se cotidianamente de maneira, mesmo que ineficaz e/ou distante, contígua.

A fronteira enaltece-se então como um espaço de interação social que, por sua vez, traz a complexidade à análise. Conforme Raffestin (2005), a fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso. Destarte, a fronteira é um elemento atraente à ciência geográfica.

Ponta Porã é o exemplo de um organismo urbano como qualquer outro, possuindo características comuns existentes nas demais. A fronteira não é somente um espaço de integração entre países, mas traz, também, a importância de uma localidade específica, compreendendo locais com centralidades sobre determinados espaços. Para Oliveira (2010), há países, e não são poucos, cujos centros dinâmicos de suas economias estão localizados em suas fronteiras, assim como estão seus pontos de articulação, tensão e aflição.

Mas, ao considerar a fronteira deve-se levar em conta que a sua situação geográfica implica uma questão diferenciada, como colocado por Oliveira (2010, p. 254), ao relatar que “em qualquer caso, o que não pode deixar de estar límpido é que o território é de fronteira e, sobre este esteio, deverão ser fundamentadas suas perspectivas”, ou seja, analisar de forma integrada os elementos existentes.

Segundo Machado (2000) a fronteira é lugar de comunicação e troca, isto é, retrato das relações sociais estabelecidas em determinada localidade. Ponta Porã, assim como outras localidades, possui a peculiaridade de estar situado em fronteira seca. Tal condição pressupõe relações diretas com o município vizinho, Pedro Juan Caballero, no Paraguai, no qual se solidificam as relações estabelecidas que, por sua vez, diferem de relações entre cidades que não se situam na fronteira, como por exemplo, o livre trânsito diário entre dois países. Assim sendo, o local é singular, existindo a integração entre as nações, como colocado por Machado (2005):

É a posição geográfica singular, de começo e fim do estado nacional, que confere à fronteira uma territorialização definida pela proximidade entre populações formalmente separadas pelo limite internacional. A noção de zona de fronteira, neste caso, refere-se a um espaço relacional e não dicotômico (2007, p. 63).

Dessa forma, é possível apresentar a condição de cidade-gêmea, discutida por Bento (2012, p. 50-51), como “duas cidades irmãs, ou melhor, gêmeas, distintas por uma linha imaginária que atravessa ruas e bairros”, caracterizando fielmente Ponta Porã. Dessa forma, facilita-se ainda mais as relações estabelecidas.

Posto isso, mesmo havendo as particularidades de ambos os municípios, são assim caracterizados, formando uma única área urbana, resultando em um espaço particular. Machado (2005) aponta de que forma a denominação ‘cidades-gêmeas’ é aplicada livremente, uma vez que, no caso da fronteira internacional brasileira, é composta por arranjos espaciais bastante diversificados.

As cidades-gêmeas e a fronteira são significantes por apresentar a realidade diferenciada e, por conseguinte, influenciar o modo de vida da população que, por sua vez, se adapta a situações próprias da fronteira, como salientado por Raffestin (2005):

A fronteira, na condição de invariável estrutural ubíqua, é grande reveladora da necessidade que as sociedades têm de serem inventoras dos modos de diferenciação no contexto espaço-temporal, modos que condicionam a seguir toda uma ordem vivente, definida tanto biologicamente como culturalmente (2005, p. 12).

A fronteira torna-se, então, espaço de manifestações de sua população residente e, no presente caso, resultado da união das cidades-gêmeas, configurando localidade com a sociedade determinadamente miscigenada, pela união da população brasileira e paraguaia (além da mescla de etnias), constituindo característica própria, como salienta Martínez (2004):

Es la conformación de una geografía social con espacios fronterizos integrados basada en los desplazamientos sociales para los cuales los límites y las fronteras son tan sólo símbolos que definen nacionalidades, pero no constituyen

ningún obstáculo cultural y menos aún natural al establecimiento de redes socioespaciales e interurbanas de cruces ciudadanos y preocupaciones diarias en la convivencia (2004, p. 24).

O autor destaca o fato que os habitantes de uma localidade de fronteira, mesmo cruzando a fronteira cotidianamente, ocorrendo várias vezes em um mesmo dia, mesmo com os limites internacionais constituídos, partilharem de uma mesma prática social:

Un hecho evidente es que los habitantes de estos espacios urbanos fronterizos se mueven entre dos espacios nacionales, entre dos alternativas culturales donde las fronteras y los límites se desdibujan y constituyen sólo un pretexto de separación que en la prácticas sociales no tienen mayores repercusiones como obstáculos en las relaciones de intercambios fronterizos (2004, p. 27).

Assim, a fronteira compõe um espaço de diversidade social. Configura-se a localidade como área de interação das mais diversas culturas, existindo a miscigenação entre a população residente. Brenna B. (2010, p. 272) destaca que “se puede hablar de regiones de fronteras, entendidas como espacios interculturales, interétnicos e intersocietarios en los que hay un cruce dinámico y complejo de diversas territorialidades y visiones del mundo”, ou ainda, segundo García (2006, p. 17) pretender construir “una sola identidad cultural para toda una frontera parece, en principio, un despropósito, ya que seguramente existirán variaciones significativas de la identidad en uno y otro tramo, a uno y otro lado de una misma frontera”.

O que deve ser destacado é o fato das relações fronteiriças não serem somente sociais, econômicas e também políticas, compondo um espaço de presença de soberania de dois Estados-Nações, o que remete a uma singularidade para as tomadas de decisões, ao passo que qualquer ação possa ser reflexo para sociedade, como colocado por Carvalho (2010):

Fronteiras que no limite da soberania territorial do Estado representam encontros entre poderes distintos, que de maneira simétrica ou assimétrica estabelecem abertura ou fechamento para relações da política internacional entre Estados (2010, p. 77).

Ponta Porã, devido à sua localização, favorece o intercâmbio entre os dois países de elementos como informações, produtos, pessoas e todo e

qualquer componente cruzando a fronteira internacional. Não deve ser tratado como um espaço no qual as relações sociais, políticas e/ou econômicas ocorram de maneira específica, como colocado por Machado *et al* (2006):

As noções de território, territorialidade, rede e zona de fronteira apontam para o caráter dinâmico dos processos sócio-espaciais e sugerem que uma das propriedades da região ou de uma sub-região, por mais que queiramos delimitá-la de modo a definir um território único, é a de ser um 'sistema aberto'. A troca de bens, energia, pessoas, informação com o ambiente 'externo' (o não-próprio à região) a torna sujeita a mudanças e adaptações, inclusive de seus limites, quase sempre provisórios e definidos por objetivos determinados. Alguns indicadores e variáveis utilizados na elaboração da tipologia de sub-regiões da faixa de fronteira do Brasil têm a pretensão de iluminar diversas territorialidades, econômicas e culturais, que extrapolam limites territoriais bem definidos e mostram o caráter heterogêneo e territorialmente 'aberto' de cada sub-região (2006, p. 95-96).

Mesmo que haja suporte legal para as transações econômicas², a interação (inclusive nas práticas ilegais) se faz presente, como é ressaltado por Machado (2005, p. 26) quando elucida o fato de que o “fortalecimento das organizações criminosas e sua ramificação crescente na economia legal têm sido atribuídos, em grande parte, a essas facilidades, que atingem também a população ali residente, em seu cotidiano, não restringindo o fenômeno a ações ilícitas”, como também é apontado por Oliveira (2014):

Pero independientemente de la acción de los organismos económicos, la población en general cruza la frontera para adquirir todo tipo de mercancías y de servicios (salud, educación, etc.), cambiar dinero sin las restricciones legales – lo que en general es tolerado, es lo que aquí llamamos complementaridad visible -. Podemos afirmar que hay una permisividad innata de las fronteras latino-americanas (2014, p. 83).

O fato de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero serem cidades-gêmeas, e possuírem sua relação devido à fronteira seca existente, torna-se elemento que potencializa o contato entre os povos e todos os fatores que estão envolvidos

² Existe um valor estipulado para o turista que se desloca ao país vizinho para realizar compras que compreende o valor de US\$ 300, definido pela Receita Federal do Brasil. Qualquer compra realizada até esse limite e com documentação fiscal regular pode ingressar no país sem a devida declaração junto ao órgão fiscalizador.

em seus cotidianos, fazendo com que a população residente do local tenha característica própria, como escreve Oliveira (2014):

La condición del territorio fronterizo marca a la población, a la ciudad y a los organismos económicos y políticos haciendo posible la formación de identidades diferentes a las del resto del Estado-Nación (2014, p. 76).

Tal condição fronteiriça propicia fluxo contínuo entre os países e transcende aos requisitos legais de controle e fiscalização, em sua maioria. A condição fronteiriça não é específica de Ponta Porã ou do Estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, ocorre em diversos recortes (fronteiriços) do país e do mundo. Entretanto, na fronteira tais atividades são cotidianas e ocorrem naturalmente, pois o ato de cruzar a fronteira em Ponta Porã é simples, fácil e rápido.

Discute-se, então, a fronteira e sua segurança e no que tange à questão legal do local, a fim de possuir um planejamento específico para as regiões fronteiriças e suas necessidades diferenciadas, como destacado por Carvalho (2010):

A fronteira cumpre funções para estabelecer o campo de ação onde imperam um modelo jurídico normativo, um sistema de controle fiscal, manifestados nas escalas do contorno territorial do Estado. Mas se manifestam também nas escalas internas do território nacional, funcionalizando um conjunto de regulamentos internos, onde se ocorrer sobreposições de jurisdições (como nas leis das esferas do poder estatal brasileiro, que podem se originar dos poderes federal, estadual e/ou municipal), ou normativas específicas para atuação em demandas locais (2010, p. 84).

Cabe, não somente aos órgãos locais, a competência de gerir determinadas situações já que, como observado, a fronteira possui certa atenção, pela complexidade existente em sua realidade. Vale a pena lembrar que cada município fronteiriço possui o seu diferencial, necessitando, assim, de uma série de elementos para a compreensão da dinâmica local, para lograr êxito em ações direcionadas a área de fronteira, como relatado no Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), de 2010:

Em geral, a carência de apoio do Governo Federal na solução de problemas advindos da relação fronteiriça tem

comprometido a efetividade das políticas públicas na faixa de fronteira e, por consequência, dificulta o desenvolvimento local integrado (2010, p. 33).

Mas, a situação do Estado-Nação é questionada, afinal, as relações existentes na fronteira transcendem os limites ali estabelecidos, como comentado por Brenna B. (2010):

Actualmente, la centralidad del Estado nacional está fuertemente cuestionada: los límites internacionales del Estado son permeables a la globalización de la producción, el comercio, la cultura, las finanzas, de lo cual resulta una pérdida de control de los estados sobre sus destinos (2010, p. 269).

A missão de entender e diagnosticar a realidade fronteiriça a fim de poder aplicar corretamente as ações de intervenção estatal necessita de conduta diferenciada dos órgãos responsáveis. Para que possa atingir com eficácia as suas ações, é necessária a compreensão das dinâmicas ali estabelecidas. Como apontado por Carvalho (2010), a fronteira tem que ser tida como um elemento diferenciado ao ser analisada e gerida, para que a sociedade não esteja desamparada:

Numa operação entre povo e solo, a fronteira é operacionalizada pelo poder do Estado, como espaço territorial, portanto, tem a emergência do poder estatal em dispô-la como ideal, objetivamente identificável como elemento de construção da Nação (2010, p. 81).

Ao ser comentada a questão da circulação na fronteira por Oliveira (2010, p. 249) é destacada a possível realidade da gestão, que “pode ser divergente entre os países, que apontam a fronteira como um problema para o setor administrativo através do aumento de gastos da população, pela existência do uso dos serviços públicos sem a divisão das nações”.

Como qualquer outra localidade, a fronteira possui seus aspectos em que devem ser melhorada, de forma a atingir as suas necessidades de intervenção estatal, onde a fronteira, por ser fragilizada pela sua vulnerabilidade às situações que a interação internacional possa gerar, como apontado no PDFF (2010):

A normalização desta situação requer a adoção de uma nova postura do Governo Federal em relação à região, de modo a

conhecer profundamente seus problemas, anseios, potencialidades e suas fragilidades (2010, p. 34).

Entretanto, é necessário ressaltar que a fronteira é localidade singular e, por sua vez, deve ser trazida à discussão na sociedade, na mídia e nos meios acadêmicos, afinal, engloba dinâmica diferenciada e merece ser debatida.

Sob constante mudança e evolução, possui cotidianamente alterações e interações das mais variadas formas se comparada às demais localidades, quando são apontadas suas particularidades fronteiriças, como colocado por Oliveira (2010):

No presente, há uma reconfiguração espacial fronteira; há uma modificação das relações espaço/tempo, isto é, um novo processo de funcionalização do território revisando um original ritmo às fronteiras (2010, p. 241).

Cabe, assim, por englobar todos os aspectos em que a população está envolvida a uma gestão que integre os elementos básicos e seus poderes, no qual a fronteira é espaço de integração de sociedade e cultura diferenciada. Tal fenômeno resulta em realidade específica necessitando de intervenção de seus gestores, como apresentado por Carvalho (2010):

As fronteiras como produto de diferentes concepções e significados ao longo da produção territorial brasileira, se realizaram por diversos processos de identificação de seus potenciais, para os poderes político, econômico e cultural da sociedade brasileira (2010, p. 85).

Portanto, a fronteira é influenciada pela cultura e administração de maneira diferenciada. Posto isso, deve haver a compreensão por parte dos gestores que a fronteira merece ser governada sob viés que respeite sua diferenciação de integração, visto que é um espaço de interação entre duas nações diferentes e mutuamente influenciadas politicamente como reflexo na população, corroborando uma localidade específica e direcionada para a análise.

1.2. A integração na fronteira

A fronteira seca de Ponta Porã está em uma condição de cidade-gêmea, na qual, juntamente com Pedro Juan Caballero, possui situações

compartilhadas. Isso conjuga aspectos diferenciados como, por exemplo, o cultural e a sua diversidade, reflexo da união das etnias dos hábitos brasileiros aos paraguaios, ou a complexidade na gestão da fronteira, corroborando em uma identidade própria, como colocado por Oliveira (2014):

Es cierto que las fronteras no juegan el mismo papel que los otros espacios del Estado-Nación, principalmente en todo el continente americano (centro, sur y Caribe) donde las asimetrías son particularmente sorprendentes. Las regiones fronterizas tienen una identidad propia que se basa en conexiones (culturales, económicas, administrativas y sociales) y que se opone a los intereses interiores e exteriores (2014, p. 74).

A integração ocorrida nas cidades-gêmeas em questão deve ser compreendida em sua totalidade, pois são situadas em territórios nacionais distintos e, assim, oferecem dinâmicas diferenciadas. Para que seja possível extrair as potencialidades de ambos os locais, deve aumentar a integração entre os mesmos, de forma a favorecer o desenvolvimento. Mesmo assim, ainda podem haver situações desfavoráveis, como contido no PDFF (2010):

Outra característica particular da faixa de fronteira é a ocorrência de cidades-gêmeas, que favorece o desejável processo de integração entre os países. Não obstante, estas também, servem de porta de entrada de produtos ilícitos de diversas naturezas (...) (2010, p. 21).

A relação entre os municípios fronteiriços precisa ser incentivada mesmo que seja delicada, para que haja cooperação. Tal condição necessita de suporte e influência estatal, como é colocado por Campos (2009) pois o bem estar da população é dever do Estado, sejam nas relações econômicas, como nas sociais e políticas.

O elemento que justifica a pesquisa do município de Ponta Porã com o de Pedro Juan Caballero e, por sua vez, o do Brasil com o Paraguai, é a presença de dinâmica envolvendo a população. O que se deve entender é que a discussão sobre o funcionamento da integração em localidade fronteiriça é complexa, necessitando de estudo para a compreensão da mesma, ao passo que cada qual possui as suas especificidades de fronteira.

Como a discussão sobre a fronteira possui características próprias, envolvendo cidades, países, culturas, economias diferentes, suas relações

podem destoar das demais realidades do Brasil, porém, qualquer localidade possui relações com o seu entorno e, por conseguinte, atrela-se à ideia de integração, como salienta Méndez (2001) ao comentar que as iniciativas desenvolvem-se melhor onde há articulação:

Pero, aunque los estudios empíricos realizados hasta el presente son poco numerosos, se comprueba que en la mayoría de ocasiones esas iniciativas individuales germinan y se desarrollan mejor allí donde existe um entorno social, económico y institucional articulado y receptivo a la novidade y el cambio (2001, p. 38).

A articulação mencionada anteriormente por Campos (2009) refere-se ao conjunto de elementos que se baseia essencialmente em tecnologia, capital e matéria prima, em que, se não houver uma relação solidificada entre eles, o processo de edificação e fluidez de uma integração pode não atingir sua eficiência. Ou seja, as iniciativas individuais são elementos sólidos do desenvolvimento, alcançando a ideia de rede.

Além dos processos comentados anteriormente, outro que deve ser entendido dentro da realidade de um município de fronteira (não que os que estejam situados fora também não necessitem) é o de globalização. Destaca-se então que as fronteiras bem integradas à uma rede podem desenvolver-se facilmente,

Uma rede integrada faz o papel de conectar regiões e pontos, ampliando economicamente suas relações financeiras, favorecendo e facilitando aos seus agentes a se perpetuarem nas localidades, como colocado por Santos (2006) ao destacar que os agentes que estão distantes são eficazes ao processo da globalização:

Esse discurso é a linguagem das normas e ordens que atores longínquos fazem repercutir instantaneamente e imperativamente sobre outros lugares distantes. Tais redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos (2006, p. 179).

Dessa forma, para que a globalização se faça presente, é necessária a presença do capital, afinal, é regulador de relações em qualquer fração de território existente, seja ele fronteiro ou não, como comenta Dias (2000),

destacando que o setor financeiro é, de longe, o maior usuário de uma rede, o que permite o seu perfeito funcionamento. Ou seja, onde não há capital, a integração por meio de redes não é eficaz.

Para compreender como é a fronteira em Ponta Porã é necessário trazer a discussão de sua integração e, conseqüentemente, qual é o seu mecanismo de funcionamento. Equipara-se Ponta Porã com o conceito de Dias (2000), que retrata como um local onde há a conexão com as demais localidades, que a primeira propriedade é a conexidade (fator que caracteriza as conexões) e que Ponta Porã é denominada como o nó, no qual é espaço de poder, conexão e referência frente aos municípios da faixa de fronteira no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentam-se então algumas necessidades básicas para o perfeito desenvolvimento das integrações, como o envolvimento social, os fluxos, a fluidez, entre outros.

Portanto, a geografia insere-se em tal estudo que permeia sobre a interação entre o homem e o meio, o que é permitido por meio da fronteira e de Ponta Porã, que possibilita uma análise à sua guisa, possuindo um espaço diferenciado e que, assim como a geografia supera suas dualidades, na fronteira ocorra o mesmo, conforme justifica Santos (2006):

A geografia deve trabalhar com uma noção de espaço que nele veja uma forma-conteúdo e considere os sistemas técnicos como uma união entre tempo e matéria, entre estabilidade e história. Desse modo, superaremos as dualidades que são, também direta ou indiretamente, as matrizes da maior parte das ambiguidades do discurso e do método da geografia (2006, p. 189).

A fronteira traz a peculiaridade de que a conexão entre as cidades e/ou países ocorre de forma natural, por meio das relações sociais, econômicas e políticas, e o que a difere das demais regiões é que a devida relação ocorre entre países distintos.

Quando a integração ocorre de maneira dinâmica e a cooperação instaurada entre os envolvidos é proveitosa, a realidade tende a ser favorável ao desenvolvimento, como aponta Méndez (2001, p. 40): “la propia estabilidad de una red basada en acciones de cooperación se verá reforzada a medida que se acumulan experiencias anteriores”. O que deve se ater em tais quesitos é que tal operacionalização dos elementos inseridos na integração é uma

segurança para a eficiência das relações, de forma que exista o uso de suas potências, conforme sua especialização, como discute Campos (2009):

Tal circunstância, de um lado, traz agilidade ao processo de ação e, de outro, o torna frágil, uma vez que não há compromisso formal dos Estados com aquela prática específica. Já o modelo de administração destas ações integradas persiste em razão da descentralização, do mesmo grau de importância dada aos órgãos participantes e da forma de gestão compartilhada, aberta e flexível, sem imposições (2009, p. 161-162).

Observa-se, então, a união necessária das nações, de forma que o estabelecimento de tal integração possa ser importante ferramenta para qualquer localidade. Em especial, que isso ocorra nas regiões fronteiriças, na qual o comprometimento das lideranças, conforme define o autor supracitado, somente possibilita a evolução do espaço em questão. Assim, com a segurança não é diferente, conforme Campos (2009) faz a ressalva:

Cristaliza-se a necessidade do desenvolvimento de estratégias que estabeleçam ações complementares, interdependentes e conectadas para o enfrentamento das demandas de segurança pública (2009, p. 158).

Ocorre assim a sobreposição de regiões, fronteiras e, por sua vez, limites territoriais. Lima (2003) salienta a questão da linha de aproveitamento econômico e, por conseguinte, das potencialidades apresentadas que extrapolam os limites municipais, afinal, como já discutido, o capital é um dos elementos integradores. Por envolver elementos que, no caso, não estão na mesma pátria, sofrendo influências econômicas, culturais, e políticas diferentes, se relacionam independente do contexto (facilitando então a gestão da segurança), formando uma regionalização específica, conforme Santos (2006):

A regionalização resultante é tanto o resultado de uma organização supranacional regulada, quanto o resultado local, à escala subnacional, das forças desencadeadas sob a égide do mercado pelo processo de globalização (2006, p. 188).

Logo, a fronteira torna-se um espaço que permeia diversos fatores, não somente econômica, mas sim integrada à segurança por exemplo, englobando elementos da mundialização que, por sua vez, traz ao cenário fronteiriço uma

característica plural e complexa, que devem ser analisadas, como discutido por Brenna B. (2010):

Las fronteras nacionales han dejado de ser fronteras económicas exclusivamente, y con la inercia de la mundialización tendiente a una integración de espacios económicos se observa el estallido de la diferencia cultural; por ende, las fronteras más que nunca son y deben ser consideradas como espacios pluriculturales que demandan políticas de gobierno mayormente democráticas y plurales (2010, p. 265).

Enfim, cabe à ciência geográfica discutir a fronteira e que sua integração é influenciada por inúmeros agentes, dentre eles culturais, econômicos, comerciais, políticos. Mesmo sendo peculiares da fronteira, fazem com que a relação estabelecida por todos os envolvidos seja complexa, destacando a presente discussão, onde haja entendimento de realidades similares a essa sul-mato-grossense.

1.3. A segurança e a violência

Posto isto, todos os fatores comentados anteriormente levam a um quesito ainda não discutido no presente trabalho: a segurança. É imprescindível salientar a necessidade de tal elemento para que haja o sentimento de segurança por parte da população. Para que isto ocorra, são instauradas políticas de policiamento e fiscalização.

Essas medidas são baseadas em estabelecer órgãos que veiculem profissionais capacitados em supervisionar e policiar ações ilícitas da população. Com isso, existem instrumentos que atuam nas áreas urbanas, rodoviárias, ambiental, de urgência, e também legal. Cabe aos mesmos assessorar as casualidades que possa ocorrer o ilícito, que por sua vez é dinâmico, e está em constante evolução, como salienta Vellinga ao destacar o caso do narcotráfico (2006):

La industria de la droga es muy dinámica, extiende sus operaciones y explora nuevos mercados, a la vez que cambia constantemente la organización de su comercio, sus prácticas de negocios, el personal que participa, sus prácticas y relaciones sociales, los vínculos con otros sectores de la

sociedad civil y el Estado, así como su relación con redes del crimen organizado (2006, p. 77).

Esses instrumentos atuam nas esferas municipais, estaduais e federais, como os da Polícia Militar Estadual, Polícia Militar Rodoviária, Bombeiros, Polícia Militar Ambiental, Polícia Civil, Defensoria Pública em assistência à população, Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, entre outros.

No caso de Ponta Porã, as que usam de práticas ostensivas e se destacam são a Polícia Civil e Militar Estadual, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional; e não ostensivas o Fórum, Ministério Público, Receita Federal e etc., e todos os órgãos devem trabalhar conforme a evolução que o ilícito toma para obter sucesso em suas ações, conforme as considerações sobre o narcotráfico de Vellinga (2006):

La industria se ve obligada a ser flexible, desarrollando respuestas a coyunturas en constante evolución que implican cambios en la demanda, acciones de las autoridades policíacas y de control de drogas, o evoluciones en el comercio internacional (2006, p. 77).

Ou seja, a indústria que promove a segurança deve ser dinâmica. Dessa forma, além da adaptação que burla a fiscalização de modo físico e estrutural, existem também outras ferramentas que viabilizam e facilitam o narcotráfico, como a internet e/ou a tecnologia, como afirmado por Machado *et al* (2006):

Nas escalas global e continental há um aprofundamento de dinâmicas que desafiam os sistemas tradicionais de controle territorial dos estados nacionais, em virtude de mudanças nas condições técnico-tecnológicas no campo da produção e troca de informações e da proliferação de estratégias e planos de ação de organismos internacionais e empresas transnacionais (2006, p. 88).

A inovação nas relações comerciais da população (que negocia também o ilícito) passa por modificações constantes, assim como as drogas ilícitas que também evoluem e novas delas são criadas a todo o momento, criando uma ampla variedade que necessita de adequações por parte da fiscalização, evolução essa que está presente em qualquer localidade, inclusive na fronteira, conforme Jelsma (2011):

Casi todos los días aparecen en el mercado nuevas ‘drogas legales’, algunas de ellas con efectos muy parecidos a los de las drogas tradicionales, e internet ofrece nuevos canales de distribución difíciles de controlar (2011, p. 16).

Porém, não pode ser negada a realidade de que serviços de segurança pública nem sempre são eficazes, o que alimenta o emaranhado de situações, como comenta Vellinga (2006):

El estado há assumido uma posición defensiva ante sua incapacidad para cumplir muchas de suas responsabilidades básicas, como procurar justicia y seguridad personal a sus ciudadanos. Esta situación há generado um processo mediante el cual el Estado y el sistema al que representa han ido perdendo legitimidad. La creciente brecha entre la legalidad y la conducta socialmente aceptable ha abierto la puerta a uma corrupción generalizada y al crecimiento explosivo de economías no registradas lícitas o ilícitas (2006, p. 66).

Vale lembrar que a presença do narcotráfico não é intrínseca da fronteira, mas sim a qualquer localidade. O tráfico de drogas ganha espaço na sociedade vorazmente e, dessa forma, atinge muitos espaços. A evolução no sistema do tráfico de entorpecentes elucida o fato de que o grande traficante se desfalece, reconfigurando o domínio de tal ilícito, agora por parte dos pequenos grupos de criminosos, sendo retratada por Oliveira e Linjardi (2013):

Isto mudou a corporação, redimensionou sua configuração territorial produtiva, desmontou sua estrutura hierárquica e reprogramou os gradientes de sua atuação nos circuitos espaciais de circulação, fatos ainda todos novos de difícil apreensão por policiais, juízes, políticos e acadêmicos (2013, p. 78).

Destarte, o narcotráfico traz consigo às localidades em que se insere a população envolvida no mesmo que, por sua vez, distinguem-se nos que tem o poder, e os que realizam o tráfico propriamente dito, entre outros, definidos por Oliveira e Linjardi (2013, p. 73) como “aviões, mulas, passadores, atendentes, mensageiros, esticas e outros “bandidos de terceira classe” componentes da divisão do trabalho no comércio ilegal de drogas, plenamente descartáveis”.

Entretanto, como ressaltado anteriormente, o tráfico de drogas não ocorre somente nas localidades fronteiriças. É fato que algumas situações são

próprias da fronteira, mas existem as ações cotidianas da população ali residente, configurando um espaço que além de integrar a sociedade, a política, a economia, também o faz quando se relaciona às atividades do trabalho realizadas, como apontado por García (2006):

Asimismo, tenemos que reservar un apartado para la inclusión de actividades singulares, aquellas que tienen en la frontera la principal causa de su existencia, describiendo y descubriendo las razones de su presencia y persistencia. Otro aspecto importante a desarrollar serán las actividades económicas tradicionales de las personas que viven en la zona transfronteriza (2006, p. 19).

Muitas vezes, a violência é originária dessas relações locais, que não necessariamente estão relacionadas, por exemplo, ao narcotráfico ou ao contrabando, mas das próprias ações litigiosas que o enlace de populações possa vir a cometer.

Tais relações, como comentado anteriormente, trazem à fronteira a construção social diferenciada, que se adapta a essa situação de viver em um espaço fronteiriço. Consequentemente, relacionam-se à violência ali existente que, por sua vez, é como a das demais localidades, denotando uma sociedade singular. Esses processos merecem ser elucidados pela Geografia.

A Geografia contribui no presente trabalho de modo a abordar as análises estabelecidas dentro da violência, da segurança e dos municípios fronteiriços. Traz à tona a discussão que coopera para a sociedade, com diversos elementos a serem estudados, baseados nas mudanças que a fronteira vem sofrendo para a compreensão da dinâmica do local, por serem marcos privilegiados de estudo, como apontado por García (2006):

Las fronteras internacionales y sus espacios de interinfluencia constituyen marcos privilegiados para estudiar la mecánica y los efectos de numerosos fenómenos, relativamente nuevos, que se manifiestan en el presente, como el desdibujamiento de las fronteras nacionales, la deslocalización industrial, la emergencia de regiones transnacionales y sus nuevas fronteras subsecuentes, etc (2006, p. 10-11).

Portanto, nas palavras de Machado *et al* (2006) é apresentado mais um fator que releva o estudo da temática para a ciência geográfica, o que

integraliza as diferenciações existentes na fronteira, possibilitando o uso das mesmas como algo progressista:

Quanto a este último aspecto destaca-se a importância para a geografia da fronteira e para um novo Programa da Faixa de Fronteira das cidades-gêmeas, lugares onde as simetrias e assimetrias entre sistemas territoriais nacionais são mais visíveis e que podem se tornar um dos alicerces da cooperação com os outros países da América do Sul e consolidação da cidadania (2006, p. 107-108).

Outro fator a ser destacado é que a violência da fronteira é questionável quando se trata do meio de divulgação das ocorrências. É de consenso que a mídia (seja ela difundida por televisores, rádios, computadores e internet e todas as outras maneiras possíveis) possui o poder de manipular opiniões e expressar somente o que lhe convém. O interesse da pesquisa não é desqualificar o trabalho e prestígio dos mesmos, entretanto, essa situação não deve ser descartada, já que a violência, principalmente da fronteira, sempre é culpa dos menos favorecidos e, assim, são apresentados pela mídia como lhes é favorável.

Portanto, pode-se estabelecer a premissa de que a fronteira pode possuir o caráter de violenta por manipulação dos meios de comunicação, já que um dos elementos que chama a atenção da população em noticiários são os casos de tragédia, por exemplo.

2. Caracterização da área de estudo

2.1. Ponta Porã: cidade de fronteira

O Estado de Mato Grosso do Sul, situado na Região Centro Oeste do Brasil, possui toda a extensão de sua fronteira Oeste em contato com países vizinhos, sendo eles a Bolívia e o Paraguai, caracterizando os vários municípios que estão situados nessa porção do estado como fronteiriços e, conseqüentemente, com relações diretas e indiretas com municípios situados no território de outro país. Os municípios que possuem suas sedes administrativas situadas na linha internacional, com contato direto aoutros municípios, são denominadas cidades-gêmeas, mesmo que seja uma em cada país.

Ponta Porã, objeto central da discussão do presente trabalho é conhecida como Princesa dos Ervais, pela tradição no consumo da erva mate para tereré, e localiza-se na região Sul do Estado, conforme ilustrado na Figura 1.

O município localiza-se na Faixa de Fronteira³, conforme apontado por Machado *et al* (2006) que destaca que no Brasil a relação com os países vizinhos foi estabelecida em um raio de 150 km de largura (Lei nº. 6.634, de 02/05/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional, para o seu interior:

A finalidade principal é a identificação das unidades político-administrativas do Brasil localizadas na Faixa de Fronteira que estão sob regras de segurança nacional, em especial , no tocante a obras públicas de engenharia civil, participação de estrangeiros em propriedades rurais ou empresas nestas áreas, concessões de terras e serviços e auxílio financeiro do governo federal; secundariamente, no tocante a gratificação especial de localidade (IBGE, 2015).

³ A Faixa de Fronteira compreende, além da área determinada no território nacional, uma localidade paralela ao limite internacional, da mesma maneira que no Brasil, porém, com distância a ser definida pelo país vizinho.

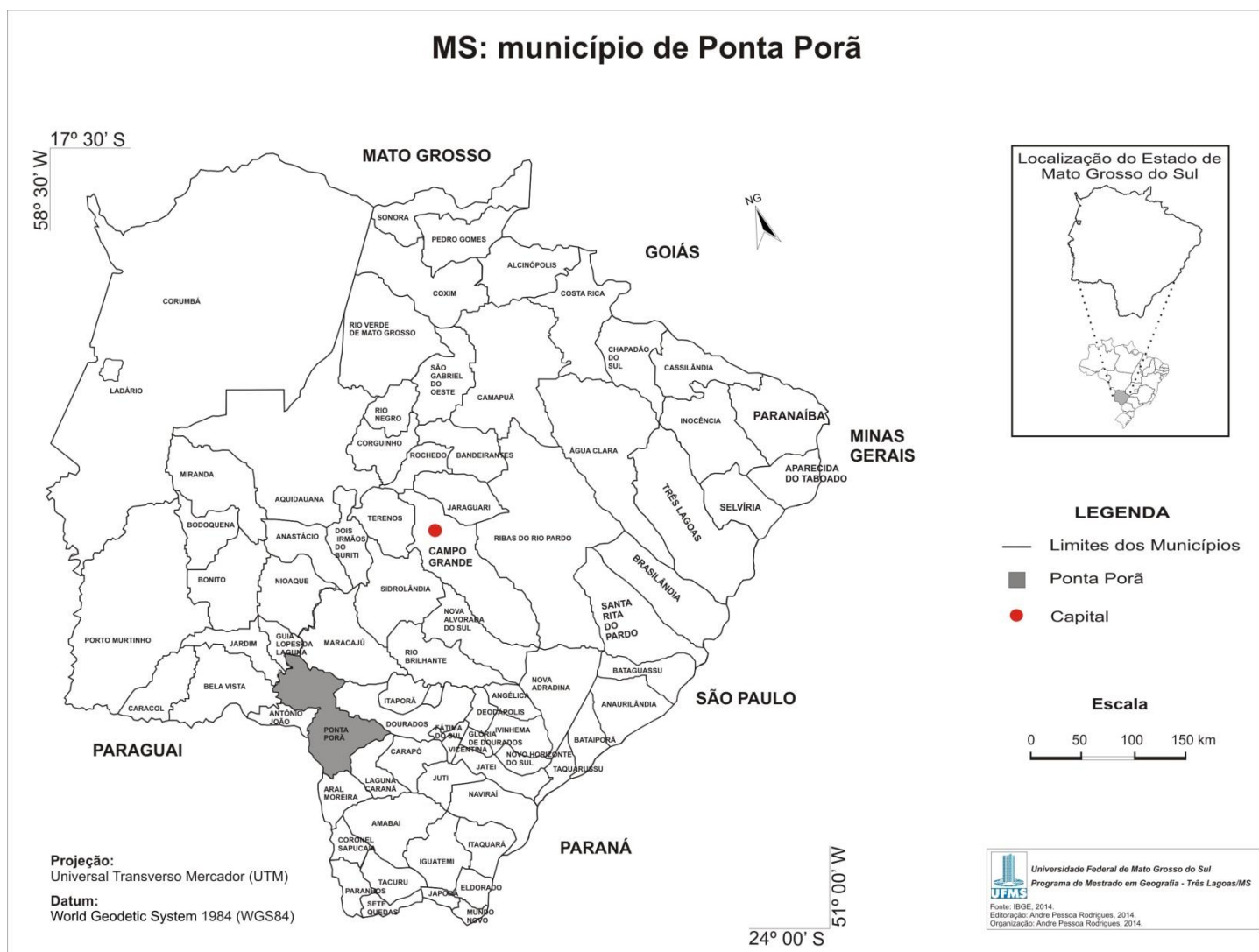


Figura 1: Localização do município de Ponta Porã.

Em Mato Grosso do Sul, a Faixa de Fronteira compreende 171.292,760 Km², correspondente a aproximadamente 48% da área total do Estado, ou seja, segundo Oliveira e Linjardi (2013, p. 81), a condição de Mato Grosso do Sul como um estado de fronteiras com dimensões que se multiplicam, pois o local além de ser integrante do território brasileiro ainda contempla a condição de ser fronteiriço. Tal condição é clara devido a inserção dos municípios pertencentes a essa área na unidade federativa ser significativa, como demonstrado na Figura 2.

A Faixa de Fronteira estende-se por todo o território nacional. O Brasil possui seu limite leste dividido com o Oceano Atlântico e em todas as outras regiões, Sul, Oeste e Norte, partilhadas com países vizinhos sul-americanos, exceto Chile e Equador.

A partir do PDFF (2010) foi constituído:

A Lei nº 6.634, de 1979 é a norma que identifica a faixa de fronteira como região estratégica ao Estado e encontra-se em harmonia com os ideais de justiça e desenvolvimento na referida região, a qual corresponde a aproximadamente 27% do território nacional com, 15.719 km de extensão, abriga cerca de 10 milhões de habitantes de 11 estados brasileiros e é limítrofe a 10 países da América do Sul (2010, p. 17).

Tal extensão territorial ocupa parcela significável do território nacional e, por isso, merece devida atenção às análises fronteiriças (e também às demais), conforme ilustrado na Figura 3, que destaca os 11 estados:

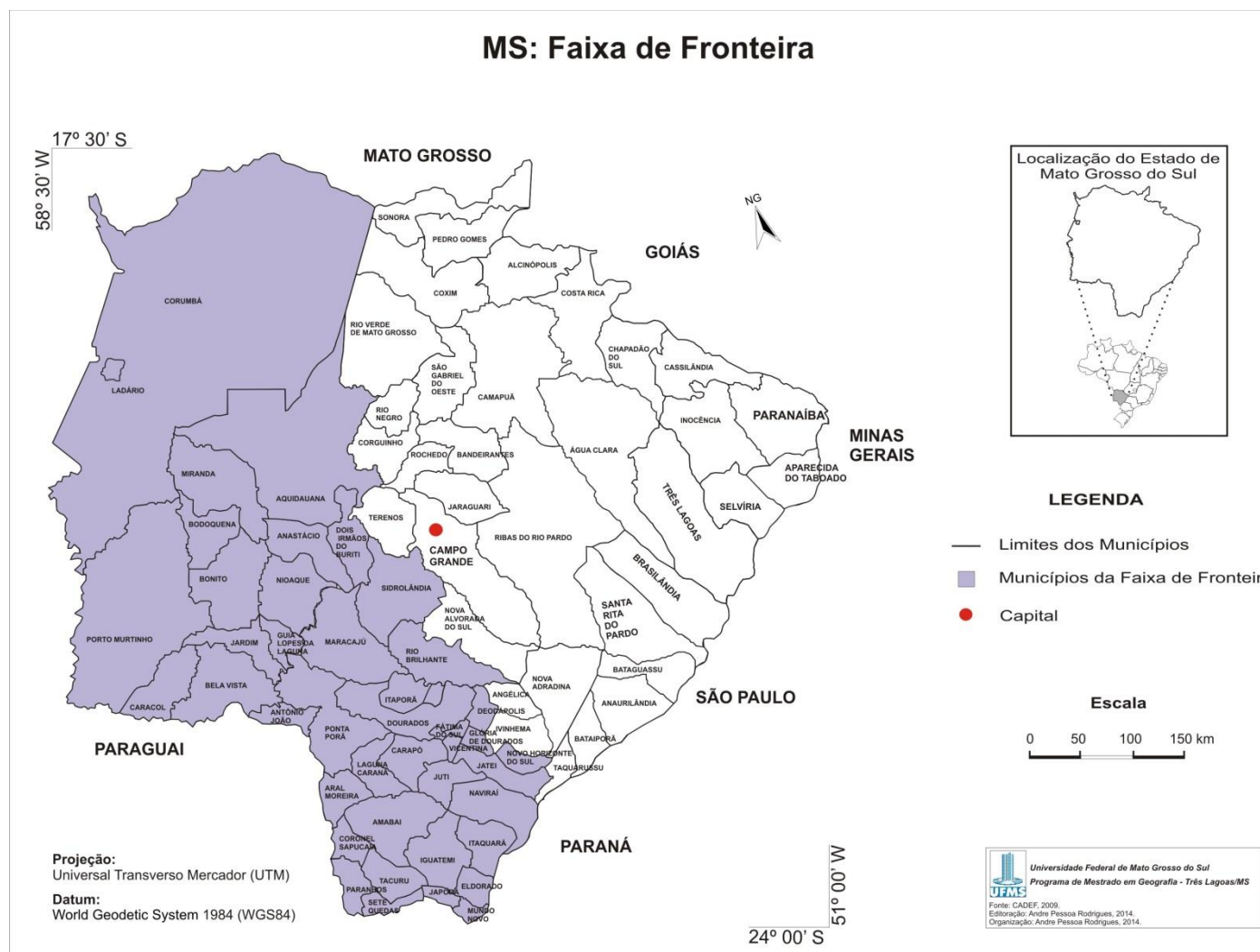


Figura 2: Faixa de Fronteira no estado de Mato Grosso do Sul.

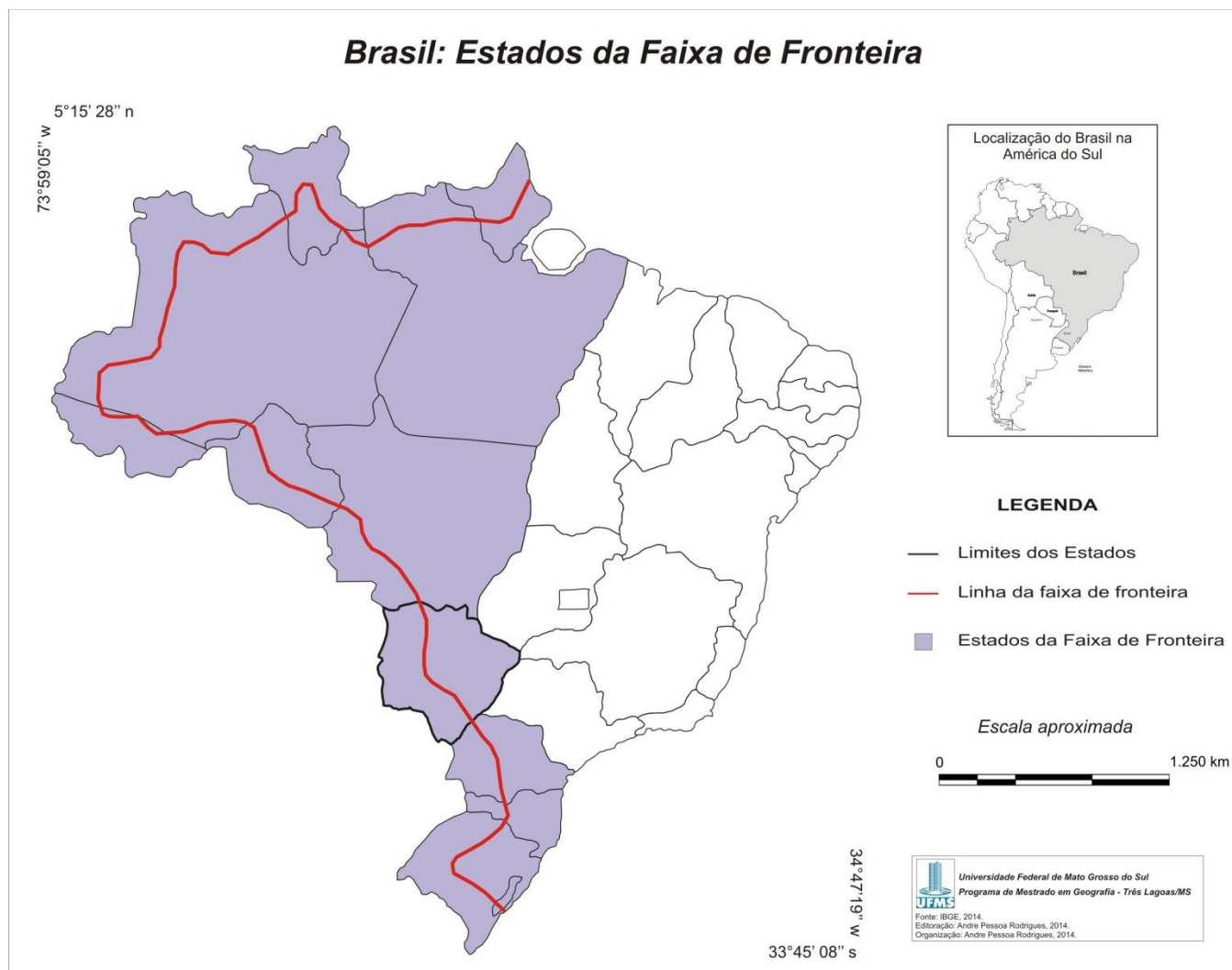


Figura 3: Estados da Faixa de Fronteira no Brasil.

Além da definição do PDFF (2010) vale apontar a consideração de Machado *et al* (2006) sobre o local, que destacam as variações que a grande extensão territorial da faixa podem caracterizar:

No campo das interações transfronteiriças, as situações de fronteira não são as mesmas ao longo do extenso limite internacional (continental) do país (15.700 km), não só devido às diferenças geográficas, mas também ao tratamento diferenciado que recebem dos órgãos de Estado e ao tipo de relação estabelecida com os povos vizinhos (2006, p. 107).

Ponta Porã, além de estar situada na Faixa de Fronteira, tem contato direto com o país vizinho, configurando uma dinâmica peculiar ao local, seja estrutural ou da própria população. A similitude do local de fronteira é comentado por Martínez (2004):

Al igual que el resto de ciudades, están estructuradas por los grupos humanos que construyen y reconstruyen sus particulares modos de vida donde, además establecen puntos de encuentros y particulares identidades socioterritoriales. Al estar ubicadas en las fronteras le asignan una personalidad y ciertas características especiales que las distinguen de otras ciudades (2004, pg 24).

No Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, existem outras cidades na Faixa de Fronteira ligadas a cidades paraguaias, como apontado por Oliveira e Oddone (2012):

A fronteira do Paraguai com o Mato Grosso do Sul, possui em sua extensão, vários pontos que podem ser considerados como centros comerciais fronteiriços: Capitán Bado (gêmea com Coronel Sapucaia); Ype Yu (gêmea com Paranhos); Bella Vista Norte (conurbada com Bela Vista); Isla Margarida/Carmelo Peralta (conurbada com Porto Murtinho); todavia as mais representativas são as cidades de Salto del Guaira (semiconurbada com Mundo Novo e Guaira) e Pedro Juan Caballero (gêmea com Ponta Porã) (2012, p. 156).

Além de estar localizada na Faixa de Fronteira do Estado (e, por sua vez, do Brasil), também possui outro diferencial: o fato de ser cidade-gêmea, conforme apresentado, totalmente integrada com a cidade Pedro Juan Caballero, situação destacada a seguir.

2.2. Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

As cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero compartilham de espaço urbano contíguo, mesmo que seja internacional, mas que as torna um espaço diferenciado devido às suas características próprias de economia, cultura, política, etc. Suas posições geográficas não devem ser analisadas separadamente, como apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no Geo Ponta Porã (2009, p. 34), afirmando que muitos aspectos próprios de cada evolução particular, na atual realidade de uma não pode ser entendida sem considerar-se a realidade da outra.

Para compreender a ocupação do local, apresenta-se um breve resgate histórico baseado no Geo Ponta Porã (2009), que afirma que a ocupação de seus espaços se deu respeitando as margens da Linha Internacional, com a fundação de Pedro Juan Caballero se deu no fim do século XIX, no ano de 1899 e Ponta Porã no início do século XX, em 1912. As cidades-gêmeas ganharam destaque econômico e populacional após a expansão capitalista e aos movimentos migratórios, predominantemente de gaúchos e paulistas, que encontraram a oportunidade de produção agrícola, devido ao aumento na oferta de terras, pós anos 1960, proporcionado pela queda na pecuária existente e do fim da exportação da erva mate para a Argentina.

A economia local baseava-se nesses dois produtos: a pecuária e a erva mate, além do contrabando (incluindo produtos da agricultura) e tráfico de maconha (*Cannabis sativa*), oriundos essencialmente do Paraguai.

O crescimento da produção da soja foi significativo devido à conjuntura internacional, pela falta do grão no mercado europeu e possibilitou o aumento da produção. Partindo das regiões vizinhas a Dourados, a produção de soja rumou sentido à fronteira, em Ponta Porã, e alcançou níveis elevados na agricultura, como colocado por Oliveira e Oddone (2012):

O cultivo da soja expandiu-se dos arredores de Dourados em direção à fronteira: Ponta Porã chegou a assumir uma produção superior a 100 mil hectares de soja plantada – ali estava a Faz. Itamarati (de Olacir de Moraes) com mais de 50 mil hectares de soja. A soja foi, durante longo tempo, o produto com maior capacidade de transformação social e geração de

riqueza na fronteira do lado brasileiro. Até meados da década de noventa, a soja dominou a paisagem produtiva consorciada ao milho e ao trigo (2012, p.152-153)

O Paraguai, por sua vez, sempre se destacou na produção de maconha que, por Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, encontrou acesso aos principais centros consumidores, Rio de Janeiro e São Paulo. O aumento do tráfico de drogas e o uso da localidade ocorreu principalmente quando houve transformação na gestão do narcotráfico, situação comentada anteriormente, e apontada por Oliveira (2013):

A expulsão dos grandes traficantes do circuito deu margem ao nascimento de uma nova geração inteligente, muito mais desburocratizada, operando em sofisticadas redes polifórmicas com pequenos negócios de base familiar, agindo em parte independente – mesmo sob a égide de um código de conduta – e em parte associada necessitando, desta feita, de sólidos fundamentos de confiabilidade e consideração (2013, p. 91).

A partir do exposto, destaca-se outro elemento: a comunicação entre as cidades. Possui características plausíveis, como apontam estudos do Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço (CADEF), destacados por Oliveira e Oddone (2014), ao classificar os movimentos pendulares de ambos os municípios como muito forte, ou seja, significativa o contato diário da população fronteiriça. Porém, tal relação pode causar estranhamento aos que não estão acostumados com a realidade fronteiriça, como destaca Oliveira (2010):

Ao chegar à fronteira, depara-se com uma atmosfera que surpreende qualquer transeunte: no geral, são lugares de intensa articulação, informação, comunicação, interatividade com complementaridades variadas e dinâmicas, que distanciam o ambiente de qualquer aproximação com o conceito de estático (2010, p. 241-242).

Dessa forma, a interação entre os dois municípios se estreitou, solidificando a relação cada vez mais promissora para a economia local e mundial, como ressaltado por Oliveira e Oddone (2012, p. 166), ao apontar como esses fatores respondem para elevar a capacidade de articulação regional.

O município possui a sua sede no limite internacional, fazendo com que suas dinâmicas do cotidiano sejam diferentes, destoando às situações que não partilham da condição de cidade-gêmea, como destaca García (2006):

El conocimiento y la ilustración acerca de cómo se vive la vida en un espacio de frontera, las oportunidades que brinda, los impedimentos que acarrea, los posibles y probables que dicha experiencia conlleva, los principales escenarios y los modos de interacción, las emociones que experimentan y manifiestan los sujetos, dan pie al desarrollo de una etnosociología de la frontera, así como a otras aproximaciones singulares (2006, p. 21).

Pelo PDFF (2010), o Governo Federal caracteriza Ponta Porã como o primeiro subgrupo dos municípios lindeiros da Faixa de Fronteira apresentados abaixo, ou seja, com sede no limite internacional:

Em função da posição geográfica dos municípios em relação à linha de fronteira é possível separá-los em dois grandes grupos, os lindeiros e os não-lindeiros. O grupo dos municípios lindeiros pode ser subdividido em três subgrupos: 1) aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (cidades-gêmeas); 2) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede não se situa no limite internacional; e 3) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede está fora da faixa de fronteira (2010, p. 17)

Para Oliveira (2010, p. 241), “a fronteira é o ambiente natural e concreto das articulações de integração entre os Estados-Nações, em particular, as cidades-gêmeas”. Portanto, o caso do município em questão, torna-se um local genuíno a ser analisado, de forma a ser melhor compreendida a dinâmica da fronteira.

O fato de possuir a sede no limite internacional e o mesmo fenômeno ocorrer com o país vizinho, o Paraguai, configura a situação a ser abordada no presente trabalho, entendendo o funcionamento de cidades-gêmeas. Neste caso, Ponta Porã destaca-se, não só pelo centro de ligação da fronteira internacional, mas, também, por ser cidade-gêmea.

A seguir, apresenta-se a Figura 4 que ilustra a linha internacional e a área urbana dos dois municípios, e a Figura 5 que caracteriza a ocupação urbana de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero:

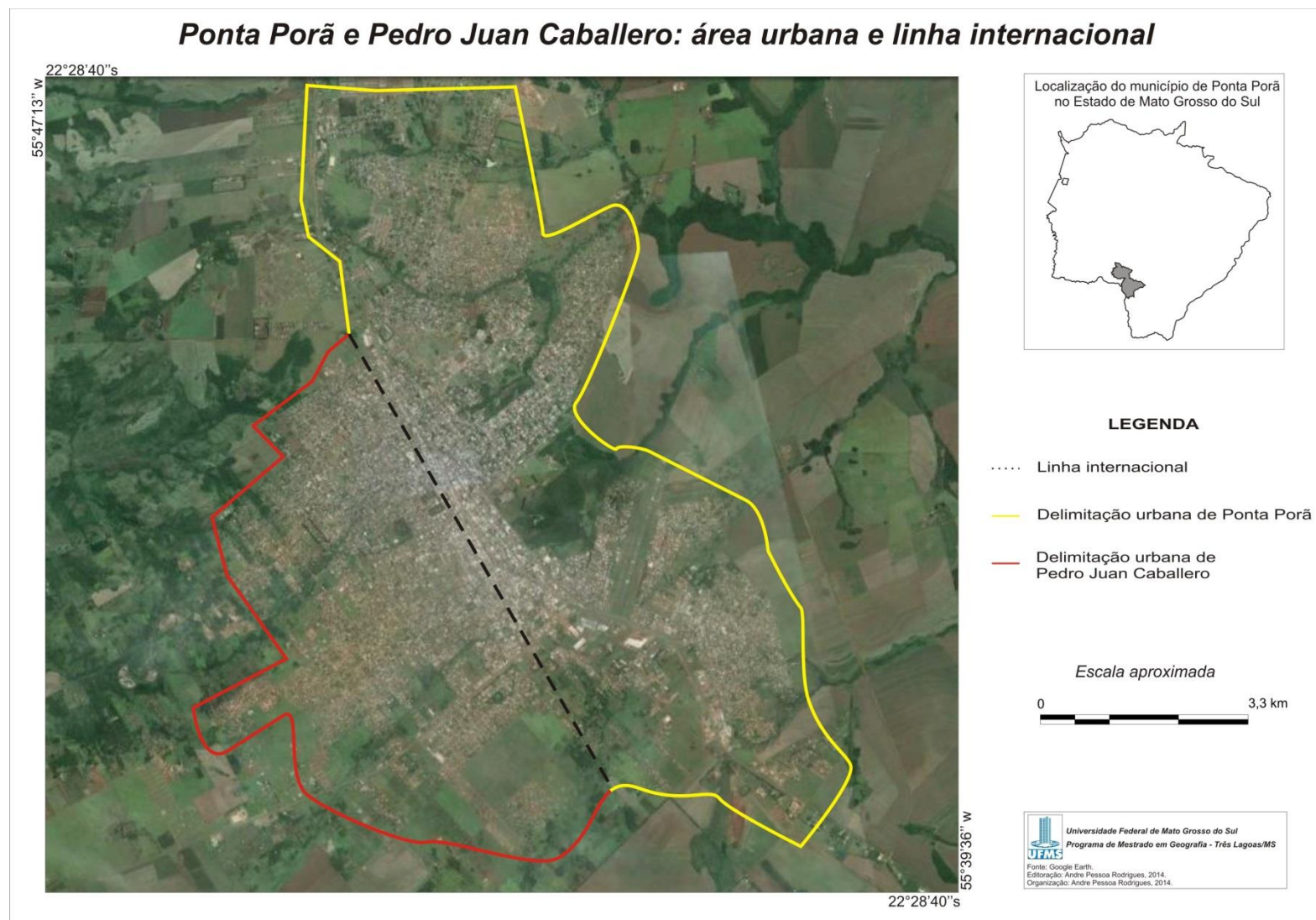


Figura 4: Localização da área urbana de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

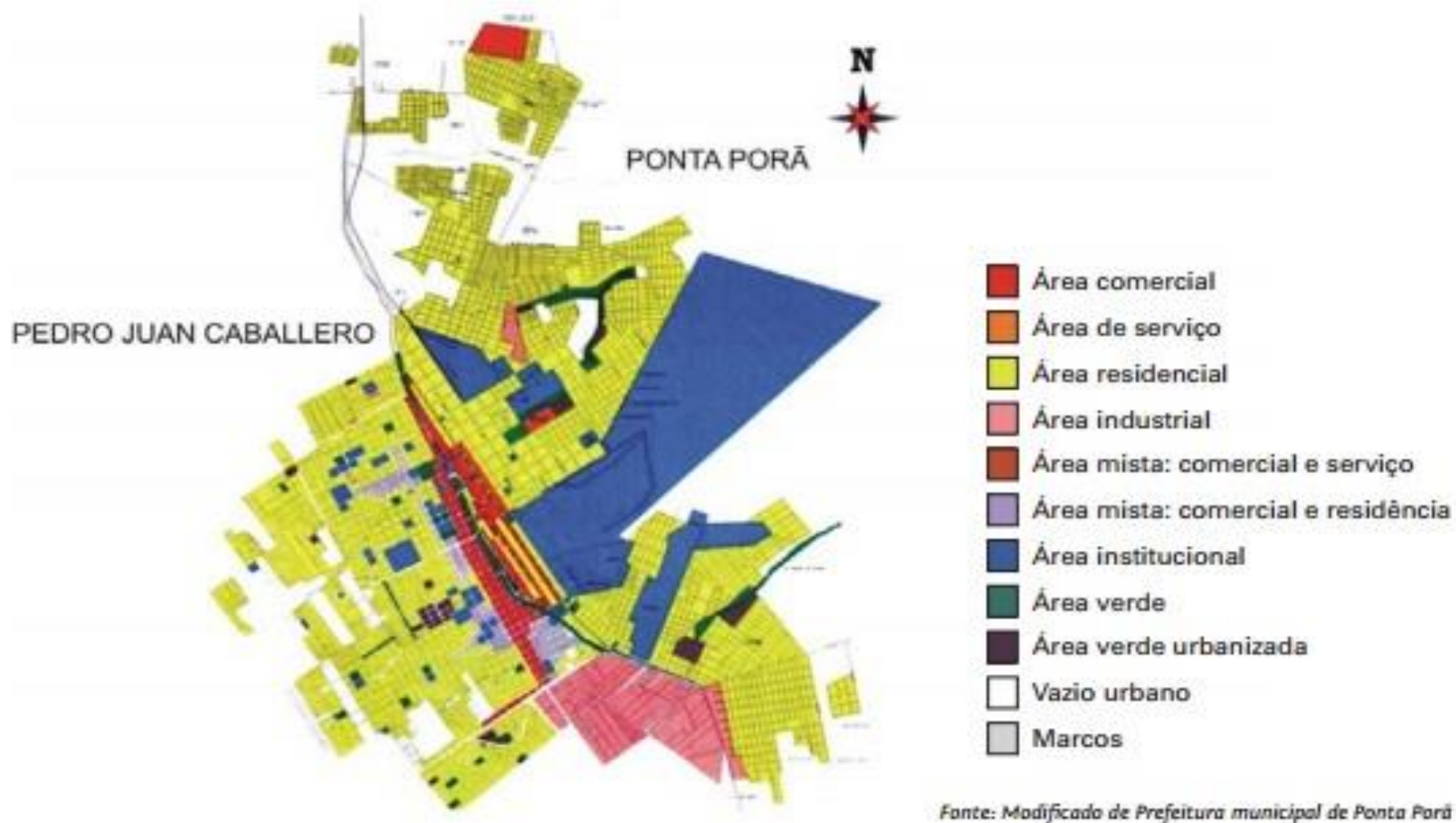


Figura 5: Caracterização da área urbana de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.
 Fonte: Geo Ponta Porã, 2009. Adaptado de Prefeitura Municipal de Ponta Porã.

O fato de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero serem conturbadas implica em relações cotidianas estabelecidas em ambos os municípios, como comentado por Martínez (2004):

En ellas se suscitan densos intercambios bilaterales a escala local donde se entrecruzan movimientos culturales, económicos entre otros, a través de múltiples canales que sirven de vías de comunicación para la convergencia de los intereses intersociales fronterizos (2004, p. 24).

Um fator relevante é a integração das populações das duas cidades mesmo não situadas em um mesmo território nacional, já que as relações são por si só diferenciadas, configurando cenário próprio e, conforme Oliveira (2014 p. 77), “las conurbaciones de frontera son rehenes de los gradientes incisivos de la lógica conjuntural”.

A população em geral acredita no mito de que Ponta Porã seja um espaço de rivalidade e tensões, entretanto não é necessariamente o que ocorre. Segundo Oliveira e Oddone (2012, p. 149), o local possui paisagem topográfica agradável e envolve a possibilidade de viver, produzir e circular entre duas nações. Como é destacado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (SEBRAE/MS) (2010):

Apesar da imagem das cidades de fronteira do Mato Grosso do Sul com os países vizinhos, associada à divulgação constante de problemas de contrabando e narcotráfico, a atual convivência é pacífica entre as comunidades brasileiras, paraguaias e bolivianas, e ainda, oferece espaço para a realização de trabalhos em conjunto (2010, p. 34).

A relação entre as cidades gera a dinâmica específica de funcionamento dos municípios, no qual engendram uma situação política e cultural própria, como colocado por Brenna B. (2010):

La resultante es un espacio en el que se construyen y recrean identidades y posiciones políticas, mismas que se relacionan de manera compleja y conflictiva según la dinámica sociocultural y política que induzcan los actores sociales que las detentan (2010, p. 272).

Tais atores sociais são personagens de uma fronteira que se destaca regionalmente. Na fronteira seca de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero soma-

se aproximadamente 160 mil habitantes (em torno de 80 mil habitantes em cada município), onde centraliza regionalmente serviços de saúde, educação, etc., de municípios próximos e até mais distantes

Além disso, há também o fato de que Ponta Porã está próxima a cidade de Dourados, fazendo com que a ligação com as demais regiões do estado e do país seja muito bem difundida, devido à rede em que o município douradense se encontra, pelos fluxos e acesso bem estabelecidos.

O destaque se dá pelo fato de que as demais cidades fronteiriças, situadas no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul não possuem as condições apresentadas por Ponta Porã, como é discutido por Oliveira e Oddone (2012), ao destacarem o caso do município de Carmelo Peralta, no Paraguai, cidade-gêmea com Porto Murtinho, no Brasil, que não possui nem mesmo a aparência de uma cidade, sem sequer serviço de água tratada.

É necessário ater-se à presença do turismo de compras no local, com o complexo comercial “Shopping China”, que mesmo situado em Pedro Juan Caballero, traz à Ponta Porã consequências⁴, como destacado pelo SEBRAE (2010). Ponta Porã, por conta do turismo de compras, possui destaque turístico de Mato Grosso do Sul⁵, superando Bonito e Corumbá, perdendo somente para Campo Grande, a capital do estado.

Porém, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero não se desenvolvem equilibradamente e/ou equitativamente, mesmo havendo total interação entre as mesmas, como destacado por Oliveira e Oddone (2012):

Entre as cidades-gêmeas de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, não se encontra o mesmo nível de desenvolvimento, nem mesma composição: cada uma das cidades possui características, estruturas e organização próprias, ligadas às condições históricas que lhe deram origem e consequente construção social própria (2012, p. 160).

Mesmo havendo diferenças culturais e a integração das mesmas entre os brasileiros e os paraguaios, há população oriunda de localidades mais distantes, como chineses, coreanos e árabes. Tal fenômeno social faz com que

⁴ Não somente o turismo de compras, mas também o comércio de reexportação dos produtos paraguaios, que é classificado por Oliveira e Oddone (2012) como muito forte, enquanto o brasileiro, de Ponta Porã, como inexistente, portanto, dependente da condição fronteiriça.

⁵ Os atrativos de Ponta Porã é a presença de inúmeros comerciantes do ramo de eletrônicos, perfumaria, borracharia, entre outros, que qualificam a centralidade comercial do local.

se torne um local mais cosmopolita. Oliveira e Oddone (2012) dizem que este cosmopolita tem significativa participação na economia e comércio local e, ainda, podem se tornar reféns da lógica conjuntural.

As interações econômicas são claras e efetivamente presentes nas cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Segundo o SEBRAE (2010):

O intercâmbio comercial existente entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é livre quando se trata de compras do dia-a-dia dos moradores locais. Legalmente existe restrição, mas não existe estrutura suficiente para a fiscalização desse tipo de comércio. A variação da taxa de câmbio, ora favorecendo um lado, ora o outro lado, faz com que ocorram mudanças nas preferências dos consumidores, em fazer compras (de pão, de carne, supermercado, etc) em Pedro Juan Caballero ou em Ponta Porã (2010, p. 206).

A variação da taxa de câmbio é o principal elemento que define a quantidade de relações econômicas (devido a sua variação) e o mercado consumidor na fronteira, explicado por Oliveira (2014):

Cada vez que la tasa de cambio (generalmente entre la moneda local y el dolar americano) sufre una modificación importante, el sentido de los intercambios comerciales en la frontera no es el mismo; cada cambio de las relaciones políticas de los gobiernos con el Estado vecino comporta nuevas consecuencias (2014, p. 77).

O fenômeno da variação do câmbio influencia inclusive no comércio reexportador e, por conseguinte, em elementos financeiros e urbanos, como comenta Oliveira (2010):

A realidade de tal dinâmica é apresentada por Oliveira (2010) O comércio reexportador, dado em Pedro Juan Caballero, tem consolidado um movimento de recursos financeiros para o território capaz de mudar a paisagem urbana; o aumento dos fluxos de capitais e a melhoria das condições financeiras dos cidadãos induz um consumo intra-urbano guiado por diferenciais monetários possibilitando uma economia, onde ambos os comércios se favorecem (2010, p. 253-254).

Para o estudo e para a sociedade, como destacado pelo SEBRAE/MS (2010, p. 19), a riqueza e a diversidade, de um lado, os riscos e os desafios, de outro, são as características que marcam a realidade das bordas dos países,

esses espaços que são hoje, em todo o mundo, focos de atenção, investimento, preocupação e estudos.

3. Estrutura e segurança em Ponta Porã

Inicialmente apresenta-se a relevância de tal estudo, já que a relação entre a violência e a segurança faz parte do cotidiano do brasileiro. A violência se faz presente por todo o território no qual habita o ser humano, sendo assim um obstáculo de qualquer cidadão, estando inserido no seu cotidiano. Dessa forma, apresenta-se a definição de violência segundo pesquisas de campo em práticas de saúde, de Schraiber *et al* (2003):

As entrevistadas definem “violência” por situações diversas quanto ao tipo de agressão (física, sexual ou da ética das interações pessoais) e ao âmbito doméstico ou não doméstico da mesma (2003, p. 50).

Tal problema desencadeia uma realidade que deve ser gerida pelos órgãos de segurança pública, que muitas vezes se desenvolvem pela cooperação entre as diversas esferas nas quais atuam. A segurança deve ser muito bem articulada para que, ao menos, possa trazer à população qualidade de vida.

A atuação dos profissionais da segurança existe para combater as desordens do cotidiano da população, atuando contra as irregularidades e criminalidades praticadas. Visa estabelecer ordem, mantendo longe de todos quaisquer tipos de criminalidade que, por sua vez, trazem consigo a violência que habita as cidades. Shikida e Borilli (2007) relatam os tipos de crime:

O crime pode ser de diversos modos: contra a pessoa; contra o patrimônio; contra a propriedade imaterial; contra a organização do trabalho; contra o sentimento religioso, contra o respeito aos mortos; contra os costumes; contra a família; contra a incolumidade pública; contra a paz pública; contra a fé pública; e, contra a administração pública (2007, p. 03).

É habitual para a população conviver com os servidores da segurança pública que, por sua vez, são uma força coercitiva do Estado para a manutenção da ordem pública. Ou seja, estão presentes para que a população nem perceba quão importante é a presença destas personagens⁶.

⁶ Cabe ao policial estar presente na vida do cidadão para trazer o sentimento de segurança, realizando patrulhamentos que propiciem a ordem da comunidade.

A região do Cone Sul do Estado possui atenção especial por parte dos profissionais da segurança como, por exemplo, a presença do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), mantido pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (SEJUSP/MS). Tal organização conta com policiais militares e civis, trabalhando especificamente em áreas fronteiriças.

Inicialmente, o DOF foi instaurado para atuar na fronteira do Brasil e Paraguai. Devido à necessidade, foi implantada também no município de Corumbá, desenvolvendo ações na fronteira do Brasil com a Bolívia, como colocado por Oliveira e Costa (2012):

A fronteira de Corumbá - Ladário (Brasil) – Arroyo Concepción – Puerto Quijarro – Puerto Suárez (Bolívia), se torna uma das principais rotas de escoamento da produção de pasta base e cocaína colombiana e boliviana, principalmente, o que alterou de maneira significativa a economia local e propiciou formas específicas de comercializar essas drogas na região. É importante ressaltar que Corumbá é uma cidade conhecida nacionalmente como uma das principais portas de entradas para o interior do Brasil de pasta base de cocaína e de cocaína providas da Bolívia, evidenciando assim um relativo sucesso das redes ilegais que operam na região face ao aparato repressivo estatal (2012, p. 140).

Existe também a presença da Força Nacional em Ponta Porã, que conta com um efetivo especializado e treinado para trabalhar em ações específicas, e a fronteira é uma delas. São policiais militares de diversas localidades do Brasil que se deslocam para o município unicamente para o apoio ao serviço na fronteira, no caso de Ponta Porã.

Inicialmente, a Força Nacional chegou a Ponta Porã com o intuito de auxiliar a Polícia Federal em suas execuções, devido à atribulada demanda de serviço. Com o desenvolver do trabalho e a necessidade que a Polícia Militar Estadual também possuía, foi designado aos policiais da Força Nacional trabalharem no patrulhamento local, contribuindo na sua demanda.

Dessa forma, o desenvolvimento do presente trabalho contou com a colaboração do CADEF, grupo de pesquisa pertencente à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que a partir de informações oriundas da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possibilitou o acesso a uma base de dados que veiculasse a

análise das informações referentes à segurança e violência dos municípios do estado.

Mas, primeiramente é necessário estabelecer parâmetros que qualifiquem Ponta Porã em comparação aos municípios situados na região Sul do Estado de Mato Grosso do Sul.

Posteriormente, é apresentado o material elaborado, para que seja possível estabelecer considerações da configuração de Ponta Porã e se há destaque ou não quando comparada aos seus municípios vizinhos, além de outros municípios da referida unidade federativa.

A partir de análise de dados quantitativos referente à incidência de crimes na Faixa de Fronteira, foi possível levantar qual é a realidade do município de Ponta Porã. Este é a porta para as transações internacionais de um espaço que possui ligação intermunicipal de territórios nacionais distintos, o brasileiro supracitado e o município de Pedro Juan Caballero, localizado no Paraguai.

Dos 44 municípios situados na Faixa de Fronteira, foram selecionados os que possuem sua área urbana com característica específica, de cidade-gêmea. Assim, selecionaram-se seis municípios: Bela Vista, Coronel Sapucaia, Corumbá, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho.

Dentre eles, somente Corumbá possui seu limite territorial em contato com cidades da Bolívia, os demais estabelecem relações sociais e políticas com cidades do Paraguai, em sua maioria situados na área do centro-sul do Estado de Mato Grosso do Sul, para uma análise que pudesse trazer para a discussão elementos que viabilizassem o quanto uma cidade pode influenciar a outra, mesmo compondo um único espaço urbano.

Ao apresentar as tabelas, são destacadas as cidades-gêmeas de Mato Grosso do Sul, mas não na sua totalidade. Casos como os municípios de Anastácio e Aquidauana, Corumbá e Ladário (caso discutido acima), e também algumas conurbações, como o caso de Mundo Novo e Salto Guairá, Caracol e San Carlos, são cidades brasileiras relacionadas com cidades paraguaias, mas não discutidas. Foram mantidas inicialmente as seis primeiras pelo fato de que estão situadas no limite internacional e possuem relações diretas com municípios limdeiros.

Vale lembrar que o município de Corumbá, além de possuir relações diretas com os municípios bolivianos de Puerto Suarez e Puerto Quijarro, também é cidade gêmea com Ladário, município que possui toda sua área urbana ligada a Corumbá. Porém, serão analisados os dados referentes a Corumbá, desconsiderando a realidade e proximidade de Ladário, onde interfere nas dinâmicas locais, porém tal situação não é intuito de análise do trabalho.

Também foram analisados os mesmos dados sob outra perspectiva, dos municípios de Campo Grande, Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas. Os três municípios selecionados (além de Ponta Porã) foram escolhidos para dar dimensão de análise comparativa, caracterizados como grandes cidades sul-mato-grossenses.

Além disso, são apresentadas algumas entrevistas, de maneira a complementar as discussões sob a perspectiva dos responsáveis pela segurança em Ponta Porã trazendo outra visão de como os serviços funcionam e devem funcionar.

3.1. Apresentação dos dados sobre a incidência de crimes

3.1.1. Relação da Faixa de Fronteira com o Estado de Mato Grosso do Sul

Conforme apresentado anteriormente, serão explorados dados que permeiem a realidade da Faixa de Fronteira com o Estado, a fim de possibilitar sua análise das informações.

Inicialmente, seguem os dados sobre a Faixa de Fronteira e o Estado de Mato Grosso do Sul, respectivamente. O intuito de analisar tais índices é poder quantificar qual a significância dos crimes em nível estadual da faixa de fronteira, a fim de quantificar alguns elementos que venham a gerar violência.

No quesito populacional, segundo o IBGE (2010), a Faixa de Fronteira é composta aproximadamente, por 1 milhão de habitantes em Mato Grosso do Sul, enquanto o estado tem 2,5 milhões.

As porcentagens na Tabela 1 representam a quantidade correspondente da Faixa de Fronteira quando comparada ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Tabela 1: MS: Incidência de crimes na Faixa de Fronteira e no Estado

Crimes	2012			2013		
	FF	MS	%	FF	MS	%
Furto	11010	34509	31,9	10165	33181	30,6
Roubo	2202	6290	35	2510	6689	37,5
Homicídio doloso	313	559	56	279	498	56
Porte de droga	789	1925	37,9	664	1965	33,8

Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2014.

Aproximadamente 40% da população do Estado de Mato Grosso do Sul situa-se na Faixa de Fronteira que corresponde a 48% da extensão territorial do Estado.

Nota-se na Tabela 1 os crimes como furto, roubo e porte de droga que possuem um patamar quantitativo entre 30% e 38%, não atingindo proporcionalmente os 48% da questão territorial e 40% populacional.

Os homicídios dolosos contam com o percentual de 56% em ambos os anos, correspondendo aproximadamente às porcentagens do território (48%) e populacional (40%).

3.1.2. Relação da Faixa de Fronteira com Ponta Porã

De cunho mais local, serão expostas as tabelas de incidência de crimes no município de Ponta Porã. São apresentados os dados de homicídios e sua porcentagem, como um elemento proporcional.

Foram selecionados sete municípios do Estado de Mato Grosso do Sul que também possuem o seu perímetro urbano como os das cidades-gêmeas, ou seja, cidades-gêmeas. Dentre eles, o único município que não situa-se no Sul do Estado é Corumbá. Entretanto, possui sua população mais aproximada à Ponta Porã

Foi calculada a porcentagem em que o número de homicídios representa à população do município selecionado, destacando a incidência das

localidades ⁷. São apresentados de 2010 a 2012, das cidades-gêmeas selecionadas para o estudo.

Tabela 2: MS: Homicídios de 2010

Municípios	População 2010	Número de Homicídios	Percentual de incidência	Nº de vítimas de homicídios do sexo feminino	Nº de vítimas de homicídios do sexo masculino
Bela Vista	23.175	01	0,004	0	01
Coronel Sapucaia	14.064	11	0,078	03	08
Corumbá	103.772	28	0,026	03	25
Paranhos	12.355	04	0,032	0	04
Ponta Porã	77.866	36	0,046	06	30
Porto Murtinho	15.369	03	0,019	0	03

Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2014.

Tabela 3: MS: Homicídios de 2011

Municípios	População 2011	Número de Homicídios	Percentual de incidência	Nº de vítimas de homicídios do sexo feminino	Nº de vítimas de homicídios do sexo masculino
Bela Vista	23.290	04	0,017	02	02
Coronel Sapucaia	14.160	10	0,070	0	10
Corumbá	104.317	27	0,025	0	27
Paranhos	12.514	07	0,055	01	06
Ponta Porã	79.173	22	0,027	01	21
Porto Murtinho	15.530	04	0,025	0	04

Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2014.

⁷ Trabalha-se com a porcentagem a fim de facilitar a compreensão de incidência nos referidos municípios.

Tabela 4: MS: Homicídios de 2012

Municípios	População 2012	Número de Homicídios	Percentual de incidência	Nº de vítimas de homicídios do sexo feminino	Nº de vítimas de homicídios do sexo masculino
Bela Vista	23.395	05	0,021	02	03
Coronel Sapucaia	14.254	10	0,070	01	09
Corumbá	104.912	22	0,021	04	18
Paranhos	12.673	11	0,086	02	09
Ponta Porã	80.433	38	0,047	07	31
Porto Murtinho	15.683	06	0,038	01	05

Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2014.

Inicialmente, destaca-se que todos os municípios apresentam crescimento populacional dos anos de 2010 a 2012, podendo ser elemento que justifique o aumento da incidência.

Quanto ao homicídio, em um parâmetro geral dos municípios abordados, no crescimento de 2010 a 2012 é possível notar que o que difere do aumento dos demais é o decréscimo em Coronel Sapucaia e Corumbá. Ponta Porã, em 2011 apresentou queda, porém em 2012 apresentou aumento que ultrapassou de modo significativo a incidência de 2010 e claro, de 2011, equiparando ao patamar de crescimento aproximado ao dos demais municípios.

Os números de homicídios mais elevados foram os de Corumbá (22) e Ponta Porã (38), enquanto os demais municípios não ultrapassam 11. Ponta Porã, mesmo possuindo a população com quantidade inferior à Corumbá, ainda se destaca nos números, quando comparadas.

Porém, o que deve ser destacado, é que esse crescimento comentado anteriormente é a manipulação dos números reais, entretanto, quando são levantadas as proporções, como o percentual de incidência, a situação muda.

O que chama a atenção é que justamente quando se trabalha com a proporção, Paranhos possui crescimento espantoso, no qual passa de 0,032% em 2010, para 0,055% em 2011, finalizando com 0,086% em 2012. Coronel Sapucaia, mesmo que com decréscimo, manteve a margem dos 0,070%, com 0,078%, 0,070% e 0,070%. Ponta Porã, por sua vez, em momento algum

ultrapassou os 0,050%, com 0,046%, 0,027% e 0,047% respectivamente, e Corumbá sequer ultrapassou os 0,030%, com 0,027%, 0,025% e 0,021%, nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Além dos casos de homicídios e seus percentuais de incidência, também são exibidas tabelas que registram as estatísticas numéricas e percentuais referentes a roubo, furto e porte de droga, no intervalo de 2010 a 2012. O percentual refere-se à quantidade em nível de estado de Mato Grosso do Sul.

Tabela 5: MS: Incidência de furtos

Municípios	2010	%	2011	%	2012	%
Bela Vista	262	0,8	197	0,57	195	0,57
Coronel Sapucaia	15	0,05	25	0,07	10	0,03
Corumbá	1461	4,48	1536	4,41	1512	4,38
Paranhos	31	0,1	28	0,08	39	0,11
Ponta Porã	743	2,28	928	2,67	861	2,5
Porto Murtinho	122	0,37	88	0,25	123	0,36

Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2014.

Tabela 6: MS: Incidência de roubos

Municípios	2010	%	2011	%	2012	%
Bela Vista	11	0,15	12	0,16	11	0,17
Coronel Sapucaia	23	0,32	30	0,39	30	0,48
Corumbá	494	6,85	695	9,12	594	9,44
Paranhos	1	0,01	7	0,09	9	0,14
Ponta Porã	301	4,17	284	3,73	453	7,2
Porto Murtinho	2	0,03	0	0	3	0,05

Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2014.

Tabela 7: MS: Incidência de porte de drogas

Municípios	2010	%	2011	%	2012	%
Bela Vista	21	1,68	22	1,42	21	1,09
Coronel Sapucaia	7	0,56	3	0,19	4	0,21
Corumbá	66	5,28	44	2,84	96	4,99
Paranhos	2	0,16	1	0,06	4	0,21
Ponta Porã	22	1,76	32	2,06	51	2,65
Porto Murtinho	5	0,4	5	0,32	3	0,16

Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2014.

As tabelas apresentadas anteriormente, quando se relacionam furto, roubo e porte de droga, apresentam uma tendência clara: Corumbá se destaca e Ponta Porã apresenta incidências medianas, já os demais municípios

apresentam quantidades reduzidas. Tal fenômeno se repete nas três tabelas, independente do ano que tenha sido analisado.

O que pode ser acrescentado à discussão, e que deve ser levado em consideração, é a quantidade populacional que os municípios possuem. Corumbá é a detentora do maior contingente, seguida de Ponta Porã, com números que variam entre os 80 e 100 mil habitantes, segundo os dados da SEJUSP/MS baseados em dados do IBGE. Já os demais configuram uma quantidade que compreende 10 e 25 mil habitantes aproximadamente.

3.1.3. Comparação de Ponta Porã com grandes cidades de Mato Grosso do Sul

Para complementação da discussão firmada no presente trabalho, são apresentados dados de municípios do Estado de Mato Grosso do Sul que possuem destaque populacional. Assim foram selecionados, além de Ponta Porã, a capital do estado, Campo Grande, e os municípios de Corumbá e Três Lagoas. O município de Dourados foi descartado pela sua proximidade à Ponta Pora, de maneira que com os quatro selecionados é possível traçar um panorama mais abrangente com municípios mais distantes entre si. Destarte, foram selecionadas de acordo com a quantidade populacional de seus municípios e, por seguinte, a questão geográfica e a localização das mesmas, na qual compreendem a região central, leste, oeste e sul. Tal segmento de análise é denominado, na apresentação dos dados, como grandes cidades.

Campo Grande e Três Lagoas não estão inseridas na Faixa de Fronteira, destarte, é possível analisar realidades distintas a essa já apresentada. Campo Grande está situada na área central do Estado, enquanto Três Lagoas localiza-se no extremo leste, porção conhecida como região do Bolsão, e divisa com o estado de São Paulo. Corumbá possui seu território na porção noroeste de Mato Grosso do Sul e ocupa a região do Pantanal, enquanto Ponta Porã está ao sul. Dessa maneira, é possível trazer para a discussão os municípios que estão em diferentes regiões do estado.

Cada cidade possui sua dinâmica e isso pode interferir na incidência dos crimes, porém, não é esse o intuito de trazer para a análise referidos municípios.

Por meio da Tabela 11 é exposta a população dos determinados municípios e, posteriormente, os dados para análise. A coluna que apresenta dados de porcentagem é baseada no aumento populacional. Campo Grande se destaca, já Corumbá e Três Lagoas possuem um contingente mediano e Ponta Porã conta com a população aproximada de 80 mil habitantes, quando levados em considerações a quantidade populacional do Estado de Mato Grosso do Sul.

Tabela 8: MS: População das grandes cidades

Municípios	2012	2013	%
Campo Grande	805.397	832.352	3,3
Corumbá	104.912	107.347	2,3
Ponta Porã	80.433	83.747	4,1
Três Lagoas	105.224	109.633	4,2

Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2014.

Assim, segue a Figura 5 que ilustra a localização de tais municípios:

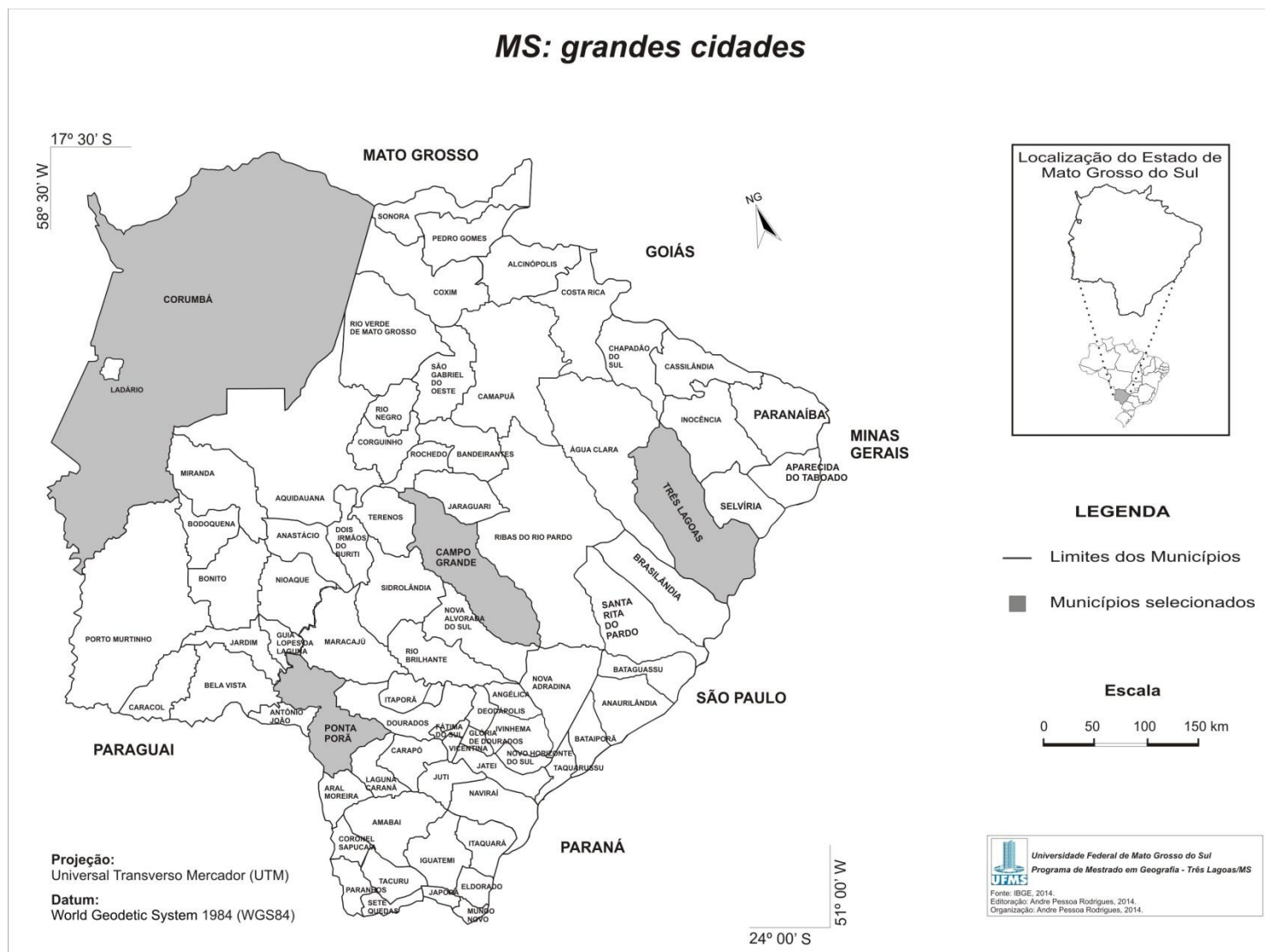


Figura 6: Municípios selecionados para estudo.

Dada a localização dos municípios, segue a apresentação de dados estatísticos sobre o caso de Ponta Porã. Tais dados foram manipulados sob uma perspectiva diferente, devido a disponibilidade de dados. Vale lembrar que por haver municípios que não estão situados na faixa de fronteira, a realidade pode ser bem diferente.

Tabela 9: MS: Incidência de roubo nas grandes cidades

Municípios	2012	2013	%
Campo Grande	3288	3438	4,6
Corumbá	593	821	38,4
Ponta Porã	453	643	41,9
Três Lagoas	268	362	35,1

Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2014.

Tabela 10: MS: Incidência de furto nas grandes cidades

Municípios	2012	2013	%
Campo Grande	14359	14127	-1,6
Corumbá	1512	1484	-1,9
Ponta Porã	861	937	8,8
Três Lagoas	2481	2523	1,7

Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2014.

Tabela 11: MS: Incidência de homicídios dolosos nas grandes cidades

Municípios	2012	2013	%
Campo Grande	133	106	-20,3
Corumbá	22	20	-9,1
Ponta Porã	38	40	-5,3
Três Lagoas	21	20	-4,8

Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, 2014.

Inicialmente, deve-se atentar ao fato de que as porcentagens apresentadas nas três tabelas indicam o percentual de acréscimo ou decréscimo dos crimes. Tratando do quesito roubo é possível verificar que Campo Grande apresenta destaque no número absoluto de casos de roubo em seu município, com índices mais elevados. Corumbá e Ponta Porã têm quantidades medianas e Três Lagoas reduzidos.

No quesito furto, é possível notar que, em números absolutos, Campo Grande novamente possui o maior índice, seguido de Três Lagoas, Corumbá, e por fim Ponta Porã.

É inserido um novo elemento na discussão: homicídios dolosos. Com o intuito de apresentar as diversas situações que o crime caracteriza, é possível notar, de acordo com a tabela 14, que depois de Campo Grande, o município que possui mais casos do referido delito é Ponta Porã, superando Corumbá e Três Lagoas.

Assim, é possível verificar mais uma relação entre as incidências de crimes quando é trabalhada a realidade de municípios que não estão situados na faixa de fronteira, além dos previamente discutidos.

4. Violência e segurança em Ponta Porã

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a quantidade aceitável é de 1 policial para cada 250 habitantes. O Estado de Mato Grosso do Sul possui a média de 1 policial para cada 325 habitantes e, Ponta Porã, apresenta o elevado número de 658.

A partir dos dados supracitados, é possível ter uma noção mínima de como funciona o serviço de segurança no referido município. Dessa forma, discute-se a perspectiva que a segurança possui quando considerada a opinião quem está envolvido no cotidiano de Ponta Porã.

Como elemento complementar às discussões, apresentam-se assim as entrevistas realizadas em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. É possível agregar elementos que subsidiem a discussão do presente trabalho como fonte empírica de dados, além de fomentar as discussões finais do texto aqui discutido.

São fragmentadas conforme a posição dos entrevistados de acordo com o que é abordado nas entrevistas. Dividem-se pelas temáticas respondidas, de maneira a criar pequenos tópicos de discussões com posição de cada entrevistado com a sua particularidade, a fim de apresentar um panorama completo de como é a segurança e violência em Ponta Porã.

Foram entrevistados policiais militares, integrantes da Força Nacional, delegados, auditor da Receita Federal, juiz, promotor, comerciantes, gestores de hospital e presídio feminino, radialista, assistente social e uma detenta. Vale lembrar que apresentam suas opiniões, livre de intervenções e/ou modificações por parte do entrevistador.

As entrevistas apresentam elementos que ficam à tangente da violência e segurança, mas que se fazem necessários para entender a fronteira e confrontar com os dados anteriormente apresentados, sendo expostas na íntegra a seguir.

A percepção dos atores locais baseia-se nas entrevistas aplicadas no município de Ponta Porã e suas adjacências e compreendeu uma seleção que permeou sobre atores públicos, atores privados e outras opiniões elucidadas de maneira a destacar quais são suas colocações de acordo com o que foi exposto nas entrevistas.

No que tange às apresentações dos entrevistados, os mesmos caracterizam a fronteira como um espaço diferenciado. De uma forma geral, todos eles expressam uma percepção sobre as criminalizações, tratando-as como se não fossem violência, ou seja, a culpa sempre é de alguém. Essa criminalização pode ser sutil ou até mesmo direta ⁸.

Assim, o promotor inicia fazendo a ressalva de que a fronteira seca traz uma peculiaridade aos municípios do estudo, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Conhece a Europa inteira e nunca viu o que acontece ali, como passar de um país para outro sem sequer apresentar a documentação, em que essa situação traz gente da pior espécie para a localidade.

O juiz compara Ponta Porã com outros municípios em que trabalhou e relata que a droga é mais cara e menos pura nas referidas localidades, o que torna a região atrativa, além de existir a impunidade pela presença do Paraguai. Dessa forma, existe insegurança, podendo ser ainda maior, mas não é como o consenso popular. Ele destaca que algumas situações não podem ser alcançadas na entrevista, pois é trabalhado na esfera estadual, mas que pode trazer alguns casos, como o de estelionato previdenciário, muito comum em Ponta Porã. Traz o exemplo da distribuição das terras do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que existe sem a participação efetiva da própria organização. Inclusive por que a mesma é feita para assentados irregulares que, por sua vez, arrendam as terras para agricultores, o que gera a lavagem de dinheiro, sendo utilizado de violência para resolver qualquer situação conflituosa. Essa lavagem de dinheiro na fronteira favorece o desenvolvimento do município, mesmo que seja oriunda do ilícito, inclusive porque é impossível negar tal situação.

O prefeito do município inicia sua entrevista apresentando um panorama geral do local, dizendo que existem mais vantagens do que desvantagens, afinal, Ponta Porã é um espaço de oportunidades, principalmente para o comércio. Porém, a governança é complicada pelo fato de ser distinta, com leis diferentes, o que facilita a ocorrência do crime que encontra meios para desenvolver-se dos dois lados, tornando-se uma das maiores dificuldades.

⁸ Os entrevistados defendem seus pontos de vista e, ocasionalmente, ocorre de colocarem a culpar da incidência dos crimes em alguém, ou seja, criminalizam o outro. Acontece também de ao comentarem alguns fatos, criminalizam indiretamente quem não é de intenção.

No relato da assistente social do município é apresentada a situação da dificuldade do seu trabalho, no qual a realidade fronteiriça é um facilitador da violência sexual, pelo conhecimento de que o agressor pensa que a vítima está desprotegida, não que ela esteja efetivamente segura, mas que é somente um mito na localidade.

A realidade do jovem carente, que esteja em atendimento pela assistência social é de envolvimento com droga e, com isso, a exploração sexual⁹. Tal jovem tem uma visão negativa e deficitária da polícia, pois tem o receio de denunciar, por não saber qual é o envolvimento com o ilícito. Tais situações demonstram que a violência já foi naturalizada na fronteira e, por conseguinte, em Ponta Porã. Mais da metade das vítimas de abuso sexual se envolvem com drogas posteriormente, pela falta de perspectiva de vida, já que é um caminho visto como mais fácil, além do fato de que um traficante conhecido é tido como uma falsa liderança. A maior dificuldade segundo ela é o jovem que se envolve em crimes, e que a fronteira pode ser um facilitador de tal envolvimento.

As colocações da detenta são interessantes, ao passo que destaca algumas situações peculiares, como o fato de não ser usuária de drogas, nem lícitas ou ilícitas. Teve sua prisão decretada quando estava transportando cocaína para Curitiba, Paraná, e disse que costumava praticar o crime. Ressalta o fato de que não traficava maconha, pois a quantidade é maior e a rentabilidade menor, deixando claro que quem trafica maconha não trafica cocaína, e vice-versa.

Assim, relata que tem um pensamento diferente das presas “comuns”, que enxerga uma vida fora do presídio e que pretende montar uma franquía de um comércio que o irmão possui, porque o crime não é mais algo que pretende continuar a fazer. Relata que possui bens adquiridos com o dinheiro do tráfico que não estão registrados em seu nome e, assim, possui um capital inicial para poder começar a vida novamente e, ainda, afirma que pretende ficar em Ponta Porã, pois gosta dali.

Ao tratar da economia da fronteira, o comerciante do ramo hoteleiro inicia a entrevista dizendo que na fronteira todos são um só, que não existe

⁹ Nesse caso, a assistente social criminaliza o jovem carente.

xenofobia entre brasileiros e paraguaios, estreitando as relações entre os municípios, de forma a confirmar a interação existente entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Segundo o mesmo entrevistado, a mão de obra configura a seguinte situação: o Brasil utiliza mais do Paraguai do que o inverso, visto que os paraguaios são mais humildes e negociáveis para trabalhar, tendo os mesmos direitos, como o registro em carteira e etc., mesmo que o comerciante brasileiro seja obrigado a ter 70% de seu efetivo brasileiro. Esse contingente de paraguaios trabalhando no Brasil é constituído pela mão de obra não especializada, já os especializados são equiparados. Porém, quando o quesito é a educação, o comerciante estima que 80% dos brasileiros estão presentes nas universidades paraguaias e as elogia.

Salienta que Ponta Porã tem como único potencial o comércio e compras que, por sua vez, é um problema no seu entender, pois por meio das atividades do mesmo é que podem ser geradas situações que possam desencadear a violência.

No setor hoteleiro, o comerciante diz que Ponta Porã depende do dinamismo econômico de Pedro Juan Caballero e, com adendo do outro entrevistado, não há perdas, que os dois países se complementam, pois o comércio é diferenciado, o produto que é encontrado no Brasil não se encontra no Paraguai e vice-versa. O comerciante paraguaio diz que é privilégio mútuo, pois como salientado pelo entrevistado anterior, há o intercâmbio comercial.

Indicando alguns elementos do tráfico na fronteira, o comerciante do ramo hoteleiro diz que existem somente alguns responsáveis que são os gestores. Em Ponta Porã é feita somente a logística do tráfico. Inclusive, destaca que o tipo de criminoso em Ponta Porã é mais elitizado do que em outras cidades fronteiriças do Brasil como Foz do Iguaçu, pois não possui a presença de uma enorme quantidade de sacoleiros como o referido município¹⁰.

É justamente o que afirma o comerciante do Paraguai, que não vê como problema a movimentação de produtos contrabandeados em Ponta Porã, pois o montante não é significativo como o de Foz do Iguaçu e, inclusive, faz

¹⁰ Aqui, o comerciante criminaliza o sacoleiro.

questão de não vender para sacoleiros (contrabandistas), pois quer manter a clientela do turismo familiar. Acrescenta que existem muitos contrabandistas que compram em Foz do Iguaçu e mandam a mercadoria para Pedro Juan Caballero, pois a passagem para o Brasil é mais simples, apesar de que recentemente a Polícia Federal tem intensificado a fiscalização e dificultado tal prática.

O comerciante retrata, ainda, que o envolvimento com o tráfico na fronteira, principalmente por parte dos gestores do tráfico, ocorre em sua maioria por comerciantes e, por conseguinte, pessoas comuns, diferentemente do Rio de Janeiro, por exemplo, que o traficante obtém renda somente do tráfico de entorpecentes. Inclusive apresenta o caso de um dos procurados, e o define como “pessoa boa”, sendo esse também um empresário muito conhecido na cidade. Denomina como um “comércio chique, comércio limpo”, pois não há violência diretamente ligada às vendas.

A detenta entrevistada ilustra a realidade do tráfico em Ponta Porã, trazendo a realidade tecnológica para a discussão, no qual a mesma melhorou muito para o traficante. Coloca que atualmente o tráfico é comandado por mulheres, pois em geral, pensam mais para fazer.

Elucida o fato de que a dinâmica mudou, pois houve uma troca de comandos em Ponta Porã e que, anteriormente era muito melhor. Ressalva que ainda existe respeito no município, diferentemente de São Paulo e de Rio de Janeiro, que são auxiliados pelo PCC. Destoa porque em Ponta Porã todos podem comprar e vender e nas capitais como Rio de Janeiro e São Paulo existe um mapeamento de conquista de território e, por isso, não gosta de grupos de comando, pois é necessário prestar contas do serviço, além de pagar mensalidade.

Dando como exemplo o próprio caso a detenta coloca a situação de que todo traficante tem ciência do que está fazendo, que não existe inocência nesse tipo de crime. Diz que sempre teve conhecimento do que estava acontecendo, até porque sempre arquitetou as práticas, relatando estudar as minúcias e que entende da legislação brasileira suficientemente para acompanhar todas as questões legais que a envolvem.

Sob uma perspectiva de apresentar a criminalidades, foram entrevistados dois delegados de municípios vizinhos à Ponta Porã. De

antemão, já adiantam que o crime organizado se infiltrou e está estabelecido em Pedro Juan Caballero. A versão dos mesmos é apresentada pela conjuntura na qual estão inseridos, pelo fato de lidarem com a segurança rotineiramente, entretanto, não trabalham no serviço ostensivo, como os policiais da Força Nacional apresentados anteriormente.

O tráfico de drogas é presente em uma das cidades que um dos delegados é responsável de maneira significativa, com um consentimento de que “quem trafica não é bandido, bandido é quem mata”.

Ao ser explanado sobre a criminalidade e sua dinâmica, o entrevistado do ramo hoteleiro relata que existia o crime em Ponta Porã, mas envolvia somente a população local. Quando chegam os criminosos de outras localidades, tudo se transforma e ganha outras proporções (fato relatado nos capítulos anteriores). Destaca o fato de que quando é noticiado algum crime geralmente os envolvidos não são oriundos da referida localidade, ou seja, confirma o fato de que a população migrante pode modificar a realidade.

O outro comerciante faz um resgate histórico da criminalidade na fronteira, que compreende um intervalo de 20 a 25 anos atrás e expõe que o crime praticado com intensidade era o contrabando e que não havia tráfico de drogas significativa, pela facilidade da fronteira seca. Salienta também que havia um contrabandista paternalista de Ponta Porã que comandava a localidade, onde a população se sentia segura com a presença do mesmo, que não fazia mal para ninguém, pelo contrário. Com o desenvolvimento da cidade e aumento populacional, instaurou-se o tráfico de drogas e, assim, grandes empresários passaram a praticar a lavagem de dinheiro, foi justamente quando o cenário da fronteira foi reconfigurado, exatamente como a colocação do entrevistado acima.

Na perspectiva dos grupos de comando, relata que não existem tais organizações em Ponta Porã e nem em Pedro Juan Caballero, que os mesmos estão localizados em municípios paraguaios mais distantes da fronteira e que nem sempre estão presentes ali, pois têm receio da fiscalização e denúncias. Nesse sentido, é viável trazer à discussão o comentário de um dos delegados, que diz que o crime organizado é de fato organizado, pois existe articulação para o desenvolvimento do mesmo. Com a mesma opinião, o comerciante paraguaio diz que em Ponta Porã não existe e que se for o caso, é em Pedro

Juan Caballero, mas que não é comum a população saber de qualquer movimentação e que, se existe, ocorre entre eles¹¹.

A respeito da criminalidade diz que os empresários do crime fazem suas negociações e que é de conhecimento geral, mas não existem provas, fator que facilita o envolvimento policial com o ilícito, já que a polícia é corrupta. Coloca o fato de que pode existir brasileiro envolvido, mas é no Paraguai e não em Ponta Porã, e que muitas vezes o que é estabelecido no município é somente o escritório para as negociações.

À guisa das condições de trabalho e segurança de Ponta Porã, inicia-se a discussão abordando o auxílio da Força Nacional, criada em 2004, com o intuito de integração do policiamento¹². Houve a necessidade de tal estreitamento de relações, já que algumas organizações criminosas se espalhavam por mais de uma unidade federativa no Brasil.

Em Ponta Porã, a Força Nacional chegou para prestar apoio à Polícia Federal somente em crimes que envolvessem o tráfico de drogas. No início, os policiais não eram bem quistos pela sociedade, pois realizavam abordagens demasiadamente violentas e desnecessárias, pois se comentava na cidade.

Inicialmente foi entrevistado separadamente um policial da Força Nacional e, posteriormente, um grupo focal do mesmo grupo, que contava com cinco membros da organização de segurança. Será apresentada a versão dos mesmos, por estarem em contato direto com os aspectos que envolvam a segurança e a violência.

A versão de um policial pertencente à Força Nacional é que eles são treinados para trabalhar no Brasil e não na fronteira. A prioridade na abordagem dos mesmos é diferente, no qual, em primeiro lugar está a segurança do efetivo e não da vítima. Define que o trabalho em Ponta Porã é baseado em combater crime de contrabando, entorpecente, fuga e etc., e nos demais locais é somente um tipo de apoio, como inicialmente foi proposto ao município (trabalhar essencialmente no suporte à Polícia Federal).

Esse apoio ocorre porque o efetivo da Polícia Federal é menos defasado na maioria dos locais em que está presente e em Ponta Porã não, mesmo

¹¹ Há a criminalização do paraguaio nessa fala.

¹² A integração proposta pela Força Nacional é de trabalhar o patrulhamento nacional de maneira homogênea, no qual a conduta policial é a mesma aplicada em todo o território brasileiro, independente da especificidade da missão.

sendo atípico. Como nenhum dos dois órgãos (Polícia Federal e Polícia Militar) estão com devido suporte de efetivo ostensivo e de infraestrutura, entrou em cena a Força Nacional. Entretanto, retratam que o ingresso foi positivo, principalmente depois da inserção da Portaria (de 2013), que os indicou o apoio à Polícia Militar Estadual, no qual passaram a ser bem vistos pela sociedade local, em um processo paulatino, pois mostraram-se mais juntos da população.

O policial sente a necessidade de treinamento e capacitações voltados justamente para a fronteira (esporadicamente o DOF realiza algum, por serem especializados, mas que as oportunidades podem ser contadas) e, mesmo assim, para a localidade em específico, pois o mesmo é oriundo de um município gaúcho fronteiriço, onde o serviço é completamente diferente. Mesmo Ponta Porã sendo semelhante aos municípios vizinhos em questão de serviço de policiamento, cada qual possui sua particularidade, destacando tal situação por experiências de serviço em Amambai e Eldorado.

Exemplifica dizendo que uma favela no Rio de Janeiro é em aclive, já em Maceió é plana e rebaixada; que no Pantanal trabalha-se uma área de mata, e etc., ou seja, é necessário o treinamento especializado para cada localidade.

Destaca que o problema não é essencialmente local, mas na própria logística do serviço, no qual os mesmos não possuem uma base própria para se estabelecerem. Tal fato se torna um problema, principalmente em cidades pequenas, pois como são alojados em hotel e fazem refeições em restaurantes, quando estão com trajes civis, quem fica sem segurança são eles.

Inclusive, todos os entrevistados defendem a rotatividade de efetivo existente na Força Nacional, mesmo que não agrade a população (pois a cada policial novo é uma nova a fase de adaptação, que gera certos transtornos), pois é mais um elemento de segurança para os policiais.

Alega que para a população em geral não existe muita diferença entre os três tipos de policiamento (Força Nacional, Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul e a Polícia Federal), pois o que importa é que o crime seja solucionado. Salaria que existe ignorância por parte da população, pois o policiamento só se torna bem quisto pela sociedade quando logra êxito em alguma abordagem. Quanto à integração entre os órgãos nacionais, não é

significante, a Polícia Civil não se simpatiza, pois a Força Nacional só aumenta o serviço deles (e como não possuem efetivo suficiente, o trabalho é aumentado), e a mais estreita é com a Polícia Militar Estadual.

Já os delegados destacam que a maior dificuldade que a Polícia Civil sofre é a defasagem do contingente policial, que o estado dificilmente propicia treinamentos (que caso ocorra, é da Polícia Federal) e, principalmente, que há negligência do Estado de Mato Grosso do Sul para a fronteira.

Os delegados apresentam argumentos ressaltando que não há estratégia estadual alguma para a localidade, que o Governo Federal oferece cursos de capacitação e que nenhum delegado é notificado de oportunidades e, enfatizam o fato de que a Polícia Civil não possui nenhum fuzil no seu armamento no estado inteiro, enquanto os bandidos “só fazem porte (ilegal) deste tipo de arma”.

Destarte, o que criticam é que a fronteira é defasada em sua estrutura e em seu contingente policial, ou seja, deveria ser atendida com mais assiduidade, devido às situações enfrentadas cotidianamente. Levantam o caso de municípios com população inferior a 20% em relação a Ponta Porã, e possui efetivo maior do que o fronteiriço e insinuam a influência política existente como fator a ser considerado em tal caso.

Um dos delegados menciona o fato de que na delegacia em que trabalha não existe computador algum, que todos que estão em funcionamento são de uso particular dos policiais.

Quanto às condições de trabalho em Ponta Porã, o juiz revela que mesmo havendo necessidade de melhora na estrutura física da Justiça Federal, possui um único quesito deficitário em sua totalidade, o de Recursos Humanos. Os demais setores não funcionam como deveriam, mas também não deixam a desejar. Também questiona o fato de que a Defensoria Pública só existe na esfera estadual e que a Justiça Federal também deveria implantar, pela demanda ali existente, e também nas suas adjacências.

O auditor fiscal coloca que o pior fator das condições de trabalho para a Receita Federal é sobre a localização do prédio da organização, localizado na área central do município, o que dificulta a realização do trabalho, mesmo havendo plano de mudança. A localização do mesmo deveria ser próximo às áreas de atuação da Polícia Federal, de forma a facilitar o serviço. Diz que o

depósito já não suporta mais a demanda existente, agravado pelo fato de que como em Foz do Iguaçu, Paraná, a fiscalização é maior, existindo assim um deslocamento de pessoas que praticam o contrabando e descaminho para Ponta Porã. A destinação dos produtos pode ser de destruição, doação, leilão e incorporação.

Em relação aos policiais e demais órgãos é de cooperação, mesmo que não seja satisfatório, mas ainda sim são parceiros. O juiz aponta boa relação com as demais instituições, com participação nas operações da fronteira ligada a Polícia Federal e, para a Força Nacional, por exemplo, já é necessária a participação judicial, pelos crimes serem sempre de cunho federal, acentuado na presença do tráfico internacional de drogas.

Assim, é apresentada inicialmente como estão as condições de trabalho de segurança na condição fronteira de Ponta Porã e suas adjacências por parte dos profissionais da segurança, fiscalização e questão legal.

Ao discutir o policiamento a partir de uma visão externa às instituições, o comerciante acredita que o contingente existente é sério, mas se permite corromper com o tempo, pois não conseguem realizar o serviço com eficácia pela falta de recurso. Critica a hipocrisia dos policiais que realizam determinadas cobranças da população, mas não a praticam. Já a outra, critica indiretamente o policiamento, no qual os usuários do comércio se sentem intimidados pela polícia, principalmente quem não é dali, com veículos portadores de placas de municípios distantes. Elogia a Polícia Federal e diz que a Polícia Civil funciona de forma deficitária pela falta de policiais para atender a demanda. Mas, mesmo não possuindo eficácia significável, ainda está bom. Ressalta o fato de que a polícia paraguaia é consideravelmente mais corrupta que a brasileira, pois no Brasil ainda existem leis.

Já as barreiras enfrentadas pelo presídio feminino são referentes essencialmente à estrutura física do prédio que não é adequada, já que o mesmo é instalado no prédio de uma escola desativada, com superlotação, na qual conta com 50 vagas e, no momento da entrevista, estavam sob custódia do estado 99 detentas.

O prefeito aborda a situação do policiamento apresentando a realidade do batalhão da Polícia Militar que é o que possui menor efetivo do estado. Mesmo sendo uma área que merece atenção redobrada como colocado pelos

delegados anteriormente, o contingente é insuficiente, transmitindo à população a sensação de insegurança. A Polícia civil encontra-se fragilizada, e a Polícia Federal possui uma estrutura deficitária, além de existir a dificuldade de manter um profissional efetivo na fronteira em qualquer esfera. Elogia a presença da Força Nacional em Ponta Porã, porém, a presença não é significativa, já que tem um propósito inicial somente de apoio.

As funcionárias do hospital questionam o envolvimento da polícia com o ilícito e que a instituição deixa a desejar. A diretora coloca a situação de que solicitou por policiamento no hospital durante 6 anos e nunca existiu policial disponível para realizar tal tarefa.

Já o jornalista discute essencialmente a questão do policiamento, no qual inicia a entrevista elogiando a Força Nacional, pois melhorou a defasagem existente na Polícia Militar e Civil em Ponta Porã, criticando tal conduta das instituições, além da desmotivação dos profissionais. Relata que inicialmente havia um confronto entre a Força Nacional e as demais instituições, pela desigualdade salarial e, principalmente, por não estarem bem treinados para trabalhar na fronteira, o que resulta em um grande choque social, mas que tal situação foi superada.

Dessa forma, segundo a assistente social houve melhora considerável quanto as apreensões do tráfico de drogas, mesmo com o ilícito recrutando garotas menores de 16 anos (por não ficarem presas), mas que a população atualmente se sente mais segura com a presença de todas as instituições trabalhando juntas.

A posição da assistente social quanto aos órgãos de segurança a partir da entrevista da assistente social é que o policiamento não é adequado, pois os profissionais não estão preparados, sem capacitação e muito menos estrutura e equipamentos. Existe boa vontade, mas não é eficaz, e que a pressão social com a polícia é demasiada, resultando em respostas nem sempre plausíveis.

Iniciando as colocações a respeito do sentimento de segurança dos atores locais, elemento significativo do presente trabalho, destaca-se a entrevista de um promotor aposentado que coopera de uma maneira diferente ao presente estudo, pelo fato de que foge ao padrão das entrevistas que estavam sendo empregadas.

O profissional não responde diretamente ao que lhe é colocado, porém, possui algumas posições interessantes, que devem ser colocadas em pauta como, por exemplo, quando questionado à sua percepção frente ao crime como cidadão. O mesmo diz que se sente muito bem em Ponta Porã, no qual o município conta com uma população pacífica, mesmo havendo banditismo e, ainda, atribui a fama de insegura à mídia, que manipula a realidade.

A exposição feita pelo auditor fiscal da Receita Federal, quando questionado quanto à segurança, como cidadão o profissional entrevistado também diz que não se sente inseguro, e quem de fato sofre violência é quem está envolvido com o ilícito.

Ao tratar do sentimento de segurança, o comerciante do ramo hoteleiro diz que se sente segura tanto em Ponta Porã como em Pedro Juan Caballero. Atenta o fato de que os paraguaios não gostam dos argentinos e que possuem afeição para com os brasileiros, desmistificando o fato de que na fronteira instaura-se a rivalidade, como destacado por Oliveira e Oddone (2012, p. 149), que salienta que o importuno seria esquecer a presença de uma população acolhedora e gentil que dista muito das abordagens midiáticas – e muito irresponsáveis - que ali se consolida um ambiente do mau, arena de todas as ilicitudes.

Porém, diz, e acha engraçado, o fato de que para se viver bem em Ponta Porã é de consenso saber que tem que ser cego, surdo e mudo. Relata que não sai a noite pois o crime vem crescendo juntamente com a cidade e cita a criação da *crackolândia*, mas coloca o fato de que o hotel nunca foi assaltado em 45 anos, e que isso é devido ao desenvolvimento e que ocorre em qualquer lugar.

Uma entrevistada do estabelecimento de saúde diz que não se sente segura em Dourados, mas em Ponta Porã sim, pois é nascida e criada na fronteira, ou seja, sabe como funciona a realidade local. Diz que é “cada um no seu lugar”, que muitas vezes um bandido te protege mais que um policial, como já destacado na entrevista. Elogia e gosta de Ponta Porã, e não se sente inferiorizada por estar na fronteira.

Com o outro comerciante é a mesma situação, na qual relata que gosta mais de viver na fronteira do que em outros locais. O comerciante paraguaio

relata que se sente seguro e não vê problema como cidadão em relação a assaltos, roubos, furtos e etc.

Diz que se a violência tem aumentado é pouco e que são relacionados ao ilícito, confirmando a situação com a fala do comerciante que destaca o fato de que a violência aumenta com o contingente populacional que vem de fora (como o Rio de Janeiro) para praticar os crimes já comentados¹³. Ressalta o fato de que a violência pode ter sido aumentada pelas negociações que também aumentaram, ou seja, como na fala do comerciante anterior, pode ter evoluído conforme o desenvolvimento da cidade.

Quanto à insegurança do local, o prefeito diz que os índices são similares as demais cidades do Brasil, ou seja, não é um local violento.

No hospital, as entrevistadas caracterizam a realidade de Ponta Porã relacionada à segurança e à violência, dizendo que se sentem seguras, já que roubo e assalto existem como em qualquer outro lugar.

Relatam a presença de um submundo: o do tráfico de drogas. Salientam que “você sabe que existe, mas não afeta o dia a dia”, justificando com a situação de quem morre é quem apronta algo e, ainda, levanta a situação de que muitas vezes o problema está no brasileiro, e não no paraguaio.

Gostam e dizem que é um lugar bom para se viver, mesmo sendo um local de segurança relativa, quando uma das entrevistadas relata que se sentia protegida pelo vizinho criminoso, até ele ser assassinado. Acredita que atualmente o envolvimento com o tráfico de drogas é maior, mas não que foi um fenômeno que o fez aumentar, e sim porque o acesso é comum e maior por parte de todos.

A diretora do presídio termina sua entrevista expondo que trabalha há 12 anos no presídio e, em momento algum, se sentiu desrespeitada, ameaçada, ou qualquer tipo de restrição, mas salienta que se houvesse um contingente maior para trabalhar, se sentiria ainda mais segura.

Lembra que a relação das detentas com a polícia é harmoniosa, que as mesmas elogiam a conduta dos policiais e até mesmo a própria instituição de segurança, já que possuem afinidade ao trabalharem juntos.

¹³ Criminaliza o migrante.

Quando apresentada a percepção da assistente social quanto à segurança, é relatado pela mesma que ela se sente insegura, que já foi ameaçada, pela violência naturalizada do local, mas que se aprende a ser profissional na fronteira.

Por fim, apresentam-se as intervenções e soluções apresentadas nas entrevistas. Inicia-se a discussão com os delegados, baseando-se na ampliação do efetivo e capacitação dos existentes. Justificam tais sugestões quando apontam que, em Ponta Porã, só existem dois investigadores da Polícia Civil, enquanto em Pedro Juan Caballero são 5 equipes de 5 homens e cada equipe tem um fuzil e uma viatura, para os mesmos aproximadamente 75 mil habitantes. Também colocam a questão da melhoria no setor de perícia e de inteligência.

De uma maneira geral, os profissionais da Força Nacional alegam que para a fronteira é necessário um contingente de efetivo ampliado, para que possa obter eficácia no serviço de segurança, de forma que, ao capacitar o pouco efetivo existente para o trabalho peculiar da fronteira, seja um grande passo.

Criticam as condições de serviço, no qual uns sofrem com a falta de um local físico para se abrigarem e, os outros que o tem, não possuem ferramentas básicas para o trabalho, no qual tornam a fronteira desfalcada quando trata-se de estrutura.

O juiz encerra sua entrevista sugerindo melhor integração entre o judiciário (colocado também pelo policial militar) para facilitação do serviço, no qual a agilidade não depende somente deles.

A sugestão do auditor fiscal é que sejam sanados os problemas de gestão e logística, pois afirma que dinheiro tem, mas é muito burocrático para realizar uma licitação¹⁴ para que todas as ações se cumpram e, para isso, tudo é muito complicado.

Também indica o investimento em tecnologia e inteligência como, por exemplo, a implantação de um sistema de filmagem, já que os profissionais

¹⁴ Apresenta o caso da mudança do prédio e explica que a localização dificulta a relação com a Receita Paraguaia que atualmente já é difícil e, por parte da outra nação, aparentemente, não existe interesse em realizar controle integrado. Diz que poderia localizar-se próximo aos locais de abordagem ou com fácil acesso ao Paraguai.

têm como prioridade o controle por meio da educação fiscal e orientação, possibilitando a maior eficácia de serviço.

O promotor apresenta sua posição frente ao policiamento, que é de criticar a polícia como instituição, não os policiais, pois a mesma não oferece nem incentivo nem tecnologia para os profissionais poderem trabalhar com eficácia. Alega que as ferramentas existentes atualmente não são funcionais, ou seja, coloca a questão da tecnologia como um elemento primordial a ser melhorado.

O comerciante sugere a melhoria no sistema judiciário e de saúde, destacando a mudança no sistema judiciário quando se trata dos menores de idade¹⁵. Critica o fato de que muitas vezes os serviços brasileiros não atendem aos paraguaios (saúde, educação), porque caso ocorra no Paraguai, logo atinge Ponta Porã como, por exemplo, uma epidemia.

Já o outro entrevistado ressalva a necessidade do preparo policial para trabalhar em locais fronteiriços, além do combate às bocas de fumo, pois o problema não é o grande traficante (já visto que, para a mesma, o grande traficante é um aliado), mas sim o perfil que envolve os jovens e usuários, pois ao se enxergarem sem a droga começam a praticar os pequenos crimes, e a violência por ele praticada pode retornar em maiores proporções a ele mesmo.

Relata, além do mais, que não falta contingente, mas sim preparo e treinamento para lidar com a fronteira para que o trabalho seja respeitado e proveitoso.

O comerciante paraguaio incita a situação que existe a necessidade de melhorar o policiamento, além de incentivá-lo e estreitar as relações com a polícia paraguaia, mesmo havendo corrupção, assim como o relato do entrevistado acima. O comerciante de Pedro Juan Caballero sugere intensificação na fiscalização aos usuários de droga e os caracteriza como problema¹⁶, culpados pelo roubo e pela violência praticados contra o cidadão local, como mencionado pelos outros entrevistados, mas que também é a preparação do policiamento para trabalhar na fronteira, além da melhora do serviço de inteligência e da punição a quem de direito.

¹⁵ Criminaliza o jovem.

¹⁶ Criminaliza o usuário.

Dessa forma, é possível analisar um panorama da realidade fronteiriça de Ponta Porã e como os serviços de segurança operam, propiciando elementos para a futura discussão dos resultados.

5. A relação entre os dados e as percepções das entrevistas

A violência existe em todo o território mundial, seja ela causada por questões pessoais, financeiras, diplomáticas, hegemônicas, comerciais, ou qualquer outra realidade que a população esteja inserida e as relações sociais estejam presentes. Seja por situações em que envolvam aspectos de instabilidade psicológica, ganância, dinheiro e todos os outros motivos que façam com o que o homem possa ser ou se tornar violento.

A questão do crime no estado de Mato Grosso do Sul possui, na Faixa de Fronteira, realidades e dinâmicas complexas estabelecidas em seus municípios.

O envolvimento com crimes, como tráfico internacional de drogas, contrabando e descaminho é real no contexto do município de Ponta Porã, já que de certa forma é uma saída para a obtenção de renda, mesmo sendo ilegal, mas que garante o sustento de quem o pratica. É claro que a realidade é muito mais complexa que uma situação de somente manter o sustento da população, o criminoso é sempre ciente do que faz, sabendo o que é uma infração legal, a partir do que foi exposto nas entrevistas.

Vale lembrar que não necessariamente a violência gerada pelo narcotráfico e/ou contrabando é algo intrínseco a fronteira. Dessa forma, pretende-se analisar como é difundida a questão da segurança no município de Ponta Porã e qual é a percepção¹⁷ de quem realmente lida com tal fenômeno cotidianamente.

A partir dos dados supracitados, é possível ter uma noção mínima de como funciona o serviço de segurança no referido município. Dessa forma, discute-se a perspectiva que a segurança possui quando considerada a opinião quem está envolvido no cotidiano de Ponta Porã.

Para Oliveira e Oddone (2012, p. 150), a fronteira possui ambíguo princípio de existir enquanto início e fim, ao mesmo tempo e, dessa forma, são inúmeras as facilidades e os obstáculos que o ilícito tem de se manifestar. Muitos se encorajam e se aventuram a praticar tais crimes e, mesmo que com ações ilícitas, continuam a praticar tais atos. Dessa forma, desenvolvem muitas

¹⁷ A contextualização da percepção baseou-se nas leituras de Barreto, 2013 Piovesan e Batella, 2014 e Rocha, 2003.

vezes ações violentas e traiçoeiras, configurando uma teia de elementos que são dispersas em fluxos oriundos do espaço construído entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Como Ponta Porã possui sua área caracterizada como fronteira seca, ou seja, que não possui um curso d'água que separe duas localidades, o acesso ao país vizinho, o Paraguai, é realizado de maneira simples e sem burocracia. Isso ocorre pelo fato de que não existe estrutura física que separe os dois países, somente uma avenida denominada Internacional, gerando uma interação consolidada entre a cidade brasileira e Pedro Juan Caballero.

Esse elemento é chamariz para a população de regiões próximas e até mesmo mais distantes para adquirir as mercadorias que propiciam a prática dos crimes comentados anteriormente, como a caracterização de uma fronteira sob a égide da fragilidade legal, como colocado Oliveira e Costa (2012):

É justamente por ser um espaço liminar que a fronteira revela toda a sua riqueza e complexidade, constituindo-se por um lado, como uma área propícia à insubordinação de indivíduos e grupos sociais em relação à legislação nacional, e como um lugar onde existe relativa liberdade de ação (que a torna uma região mais fluida e não totalmente estruturada); e por outro, como um lugar onde se exerce visivelmente o controle e repressão do Estado que pretende regular e controlar seu espaço soberano (2012, p. 141).

O presente trabalho busca compreender como se configuram a segurança e a violência em Ponta Porã e como a sua situação fronteira influencia em tais aspectos.

Foi possível verificar fatos que concretizam os fenômenos peculiares de uma fronteira, ao passo que possibilitou a compreensão das ações envolvidas e pela organização do crime em regiões de fronteira, quais são as realidades da economia nas localidades, como elas influenciam nas dinâmicas financeiras, enfim, o entendimento das fronteiras e suas características.

Discutem-se realidades de diferentes localidades e situações em que a segurança e a violência atuam e existem. Com o intuito de que sejam comparadas, apresentam-se a título de conhecimento e agregar elementos à presente discussão, de forma que cada uma construa a sua própria realidade. Dessa forma, é possível trazer exemplos já analisados pelos cientistas da área

para poder obter fundamentos de análise e compreensão das realidades aqui tratadas.

A partir do trabalho de campo, foram realizadas entrevistas que retratam experiências de quem de fato está inserido na violência e segurança de Ponta Porã. Em consonância, complementaram a discussão pelo fato de que, cada qual com sua peculiaridade, cooperou para a compreensão da atual dinâmica da fronteira, dentre elas os agentes públicos, privados e os demais.

As entrevistas retratam como é a fronteira, possibilitando o relato de quem está envolvido na dinâmica fronteiriça, no qual são entrevistadas pessoas que se envolvem direta e indiretamente a tal realidade, como apresentado anteriormente.

Dessa forma, o intuito é cruzar informações qualitativas e quantitativas que estabeleçam um parâmetro que possibilite a análise da fronteira e, por consequência, de Ponta Porã, afim de que sejam tratadas e analisadas, para que possam elucidar como é a segurança e a violência na fronteira.

Os dados foram apresentados de forma que facilitasse a compreensão das informações que o crime produz na Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul, para que se possam afirmar premissas por meio das estatísticas, que são outra ferramenta para chegar a conclusão de como a violência se instaura.

O agrupamento de tais dados (da Polícia Civil e entrevistas) possibilitará a união de uma gama de informações que viabilize a construção de elementos que permitam a discussão da temática.

O conjunto de informações apresentados anteriormente possibilita a análise de como a violência se faz presente na fronteira, de forma que é possível gerar e estabelecer discussões. Assim, viabiliza-se o entendimento de suas dinâmicas frente às discussões da segurança e violência.

O primeiro elemento qualitativo a ser discutido é a relação da Faixa de Fronteira com o Estado de Mato Grosso do Sul. São apresentados os índices de 2012 e 2013 referentes aos crimes de furto, roubo, homicídio doloso e porte de droga que, por sua vez, também serão discutidos posteriormente. As tabelas trabalham com um percentual que representa uma parcela, ou seja, a participação da Faixa de Fronteira em relação ao Estado como um todo.

Como apresentado juntamente com as tabelas, a Faixa de Fronteira representa 48% do território do estado de Mato Grosso do Sul e aproximadamente 40% do contingente populacional estadual.

De uma forma geral, a Faixa representou aproximadamente 35% dos crimes de furto, roubo e porte de droga no ano de 2012 em Mato Grosso do Sul, com índices de 31,9%, 35% e 37,9% respectivamente para cada crime. A incidência de homicídio doloso é destoante, já que apresenta 56%. Os números absolutos de furto são 11.010 para a Faixa de Fronteira e 34.509 para o estado de Mato Grosso do Sul que, por sua vez, são os que mais se destacam.

Apresenta-se o roubo com 2.202 e 6.290 para a faixa e a quantidade estadual, em respectivo. Posteriormente, ocorreram 789 casos de porte de droga na área da faixa de fronteira e 1.925 no estado. E, mesmo sendo o delito com a menor incidência, o homicídio doloso é o que apresenta a maior proporção, como discutido anteriormente, alcançando 313 ocorrências na faixa e 559 em Mato Grosso do Sul.

Ao analisar 2013, a situação é semelhante, no qual o percentual que a faixa de fronteira ocupa em nível estadual dos crimes de furto, roubo e porte de droga é de 30,6%, 37,5% e 33,8%, respectivamente. Assim como no ano de 2012, os homicídios dolosos apontam 56%, exatamente a mesma proporção, porém, com queda, já que no ano de 2013 foram 279 casos na faixa de fronteira e 498 no estado.

Os números absolutos de furto, roubo e porte de droga na faixa são de 10.165, 2.510 e 664, em respectivo e, novamente, mesmo contendo um percentual menor que os homicídios dolosos, os números reais são maiores já que com base nos da faixa de fronteira, o estado de Mato Grosso do Sul registou 33.181 casos de furto, 6.689 de roubo e 1.965 de porte de droga.

De uma forma geral, a Faixa representou nos dados apresentados até então uma porção que significou aproximadamente 30% do correspondente a Mato Grosso do Sul.

Como dito anteriormente, os homicídios dolosos na Faixa representaram 56% dos casos no estado e, com exceção do roubo, que passou de 35%, em 2012, para 37,5%, em 2013, a incidência de furto e porte de droga tiveram queda de 31,9% para 30,6% e 37,9 para 33,8%, respectivamente.

Vale lembrar que o único caso destoante é o de homicídios que superou a metade das ocorrências do estado. Porém, os demais crimes analisados não superaram 40%, ou seja, fazendo uma comparação com a ocupação do território do estado e o contingente populacional: a Faixa de Fronteira apresenta índices inferiores do que supostamente poderia possuir, quando trabalhado com as proporções efetivas que a Faixa de Fronteira tem.

A análise da relação entre a Faixa de Fronteira e o município de Ponta Porã baseia-se em uma quantificação dos índices de violência de alguns municípios fronteiriços com o selecionado para estudo. São eles: Bela Vista, Corumbá, Coronel Sapucaia, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho. Todos possuem a semelhança de serem cidades-gêmeas ou então de serem cidades-gêmeas, como já comentado nos capítulos anteriores. Foram destacadas as incidências dos crimes de homicídio, roubo, furto e porte de drogas para tal segmento em questão.

Antes de apresentar as informações referentes aos dados, cabe salientar o fato de que no intervalo dos anos de 2010 a 2012 (selecionado para as análises) todos os municípios abordados apresentaram crescimento populacional.

Ao analisar o quesito homicídios existem duas situações que serão a base da discussão. O primeiro trata dos números reais dos crimes e o segundo do percentual de incidência.

Na primeira situação deve-se ater ao fato de que os municípios de Corumbá e Ponta Porã, os mais populosos, apresentam dados com elevados índices quando comparados aos demais, seguindo a lógica da quantidade da população (quanto maior a população, maior a incidência). Corumbá apresenta decréscimo, com a variação de 28 para 27 e posteriormente para 22 e Ponta Porã 36, 22 e 38. Os demais municípios apresentam uma variação que compreende entre 4 e 7 casos de homicídios nos três anos e, ainda assim, o município que possui o maior número é Paranhos com 11, em 2012. Coronel Sapucaia, assim como Corumbá, apresenta queda, balizando os índices de 11, 10 e 10.

Deduz-se então, como dito anteriormente, que a lógica da população é a principal influência e que os homicídios são mais significantes nos maiores

municípios. Porém, ao ser analisada a segunda situação, apresentada a seguir, o cenário da violência muda.

O que chama a atenção é que justamente quando considerada a proporção, Paranhos possui crescimento espantoso, no qual passa de 0,032% em 2010, para 0,055% em 2011, finalizando com 0,086% em 2012. Coronel Sapucaia, mesmo com decréscimo manteve a margem dos 0,070%, com dados de 0,078%, 0,070% e 0,070%. Ponta Porã, por sua vez, em momento algum ultrapassou os 0,050%, com índices de 0,046%, 0,027% e 0,047% respectivamente, e Corumbá sequer ultrapassou os 0,030%, com indicadores de 0,026%, 0,025% e 0,021%.

Dessa forma, é apresentada outra condição quanto aos números apresentados no que tange à ocorrência, já que as proporções revelam uma situação diferente do que inicialmente é. Ao ser tratada a quantidade real, a condição é uma, porém, ao discutir o percentual torna-se uma situação totalmente diferente, no qual a incidência efetiva de homicídios é invertida.

De forma geral, ao examinar os dados de homicídios, foi possível caracterizar a sua complexidade. Tal situação dá-se pelo fato de que quando são trabalhados os números absolutos dos crimes, Corumbá e Ponta Porã (os municípios mais populosos do segmento) apresentam quantidades elevadas.

Dado isso, ao transformar os dados no percentual de incidência a configuração real do crime se altera. Os municípios de Coronel Sapucaia e Paranhos apresentam dados mais elevados, ou seja, caracterizando-os com a maior incidência de homicídios dentre as cidades-gêmeas da Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul e, ainda, vale destacar, o crescimento significativo dos índices de Paranhos.

Ao verificar os quesitos furto, roubo e porte de drogas, as estatísticas apresentam a incidência delituosa conforme a taxa populacional dos municípios, corroborando em uma proporcionalidade clara e lógica, confirmadas pela taxa que representam no estado, como discutido a seguir.

No que se refere aos furtos, Corumbá destaca-se com o seu máximo no ano de 2011 com 1536 casos e mínimo de 1461 em 2011. Ponta Porã apresenta o máximo em 2011 com 928 casos e o mínimo de 743 em 2010, com taxas respectivas de 2,67% e 2,28%. Paranhos conta com a sua quantidade

reduzida, no qual o máximo é de 39 casos em 2012 e o mínimo de 28 em 2010, com percentuais de 0,11% e 0,08%, respectivamente.

O que pode ser destacado é o caso de Porto Murtinho, que apresenta taxas mais significativas que as outras cidades menores, como 123 casos em seu máximo no ano de 2012 e taxa de 0,36%, e mínimo de 88 em 2011 e 0,25%, porém, não é algo que seja necessário se ater.

Os roubos apresentam o mesmo modelo que os casos de furto, no qual Corumbá se destaca com 695 crimes em 2011 e 9,12% de representatividade, porém, com 494 em 2010 e um percentual de 6,85% quando se refere ao ano com menor incidência. Ponta Porã, novamente fica em seguida, em 2012, representando 453 casos e 7,2%, ilustrando o ano com maior quantidade de crimes. O menor índice foi o do ano de 2011 com 284 casos que significam 3,73% em nível de Mato Grosso do Sul.

Os demais municípios apresentam números reduzidos e, no caso, a título de comparação, Paranhos tem o máximo de crimes em 2012, com 9 episódios e 0,14% de representatividade estadual e Porto Murtinho somente 3, com 0,05%, no ano de 2012.

E, para finalizar a análise da relação da faixa de fronteira com o município de Ponta Porã é apresentada a situação dos casos de porte de droga nos municípios selecionados e, de uma forma geral, caracteriza-se como reduzida.

O município que ganha destaque mais uma vez é Corumbá, com uma amplitude entre 96 casos de 2012 e 44 de 2011, com percentuais de 4,99% e 2,84% respectivamente. Ponta Porã conta com o máximo de 51 casos em 2012 que representam 2,65% em Mato Grosso do Sul, e mínimo de 22 em 2010 e percentual de 1,76%. Coronel Sapucaia e Paranhos apresentam dados insignificantes, como os máximos de 7 e 4, com porcentagens de 0,56% e 0,21%, nos anos de 2010 e 2012, respectivamente. Como nos outros crimes abordados, Bela Vista é um município que destoa, com o máximo de 22 casos de porte de droga em 2011, que representa 1,42%.

Assim, a partir dos dados apresentados, é possível verificar que a incidência dos crimes de furto, roubo e porte de droga leva a tendência populacional, no qual os que mais têm destaque são os mais populosos, Corumbá e Ponta Porã, respectivamente.

Partindo para a análise da relação de Ponta Porã com as grandes cidades de Mato Grosso do Sul, seleciona-se além do referido município Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas. É permitido ter uma base sobre as regiões que não estão situadas nem na fronteira e nem na faixa da mesma, como o caso da capital, que ocupa a área central do território e Três Lagoas, localizada no extremo leste de Mato Grosso do Sul.

Os quatro municípios são populosos e podem estabelecer subsídios para evidenciar como é a segurança e a violência na fronteira. Foram analisados os crimes de roubo, furto e homicídios dolosos (nos quais existe a intenção de matar) nos anos de 2012 e 2013.

Nas tabelas existe a divisão entre os números absolutos com uma coluna de porcentagem, que se refere ao crescimento do delito de um ano para outro.

Inicialmente, é apresentada a população de tais localidades, que aponta aproximadamente 800 mil habitantes para Campo Grande, 100 mil para Corumbá e Três Lagoas e 80 mil para Ponta Porã¹⁸. É interessante ter o conhecimento do contingente populacional nesses quesitos, pois eles podem explicar a incidência em tais municípios.

Ao trabalhar com o quesito roubo, há o destaque do município de Campo Grande, com o aumento de 3.288 em 2012 para 3.438 em 2013, referente a 4,6%. O que chama a atenção é justamente a taxa do aumento. Com valores absolutos reduzidos, Ponta Porã contou com 453 e 643 para 2012 e 2013 respectivamente. Entretanto, a taxa do crescimento foi de 41,9%, quase dez vezes maior que o índice da capital.

Isso também acontece com os outros dois municípios, que contam com o crescimento de 38,4% e 35,1% para Corumbá e Três Lagoas respectivamente. Dessa forma, é possível verificar que o aumento nos casos de roubo, dentre as cidades analisadas, possui um elemento destoante, que é Campo Grande, ao indicar um crescimento ínfimo, mesmo com valores absolutos elevados.

Ponta Porã conta com o maior crescimento de índices, mas não com a maior incidência absoluta, pois Campo Grande lidera com os dados

¹⁸ Vale lembrar que as cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero atinge a soma de aproximadamente 160 mil habitantes.

apresentados acima, seguida de Corumbá com 593 e 821, para 2012 e 2013 respectivamente; em seguida Ponta Porã, enquanto Três Lagoas apresenta o menor índice absoluto, com 268 para o ano de 2012 e 362 para 2013.

O quesito furto possui semelhança ao de roubo por ter Campo Grande com os dados mais elevados, quando analisados os números absolutos. São 14.359 casos em 2012 e 14.127 no ano de 2013, que representa um decréscimo de -1,6%. Corumbá também possui queda de -1,9%, já que os valores são para 2012 de 1.512 e 2013 de 1.484. Ponta Porã e Três Lagoas têm 861 e 2.481 casos de furto em 2012 e 937 e 2.523 em 2013, respectivamente.

Mesmo com os valores maiores que os de Ponta Porã, sendo aproximadamente três vezes maior, Três Lagoas possui o crescimento de apenas 1,7%, enquanto Ponta Porã representa o município com o maior índice dos analisados, com o valor de 8,8%. Entretanto é destaque, pois tem os menores valores apresentados.

O último quesito a ser analisado é o de homicídios dolosos, que novamente destaca o município de Campo Grande. A localidade possui 133 casos em 2012 e 106 em 2013, porém possui evidência ao apresentar maior redução, que é de -20,9%. Não só Campo Grande obteve redução nos índices, mas também os municípios de Corumbá e Três Lagoas que o fizeram com o percentual de -9,1% e -4,8% respectivamente. Dessa vez, o destoante é Ponta Porã que conta com o crescimento de 5,3%, e índices de 38 casos em 2012 e 40 em 2013. Corumbá e Três Lagoas se assemelham nos números absolutos com índices de 22 e 21 para o ano de 2012 respectivamente, e ambos os municípios apresentaram 20 casos de homicídio para o ano de 2013.

Apresentados os dados quantitativos referentes às três relações envolvidas na análise, sendo elas a da Faixa de Fronteira com o Mato Grosso do Sul, a da Faixa de Fronteira com o município de Ponta Porã e do mesmo com grandes cidades do Estado, é possível verificar como a violência se instaura em tais áreas de análise formando. Assim, um veredicto sobre a fronteira e de Ponta Porã é apresentado, aliado às entrevistas apresentadas anteriormente, que elucidam a opinião dos atores que ali residem, a serem discutidos na conclusão do presente trabalho.

Dessa forma, simplificando as informações, tratam-se as informações de maneira complementar, a fim de poder demonstrar como é a situação da violência e segurança em Ponta Porã.

A realidade de Ponta Porã é, por si, só complexa. O fato de estar situada na fronteira agrava sua situação e, dessa forma, merece análise integrada dos elementos que a tornam diferenciada.

Posto isto, são trazidos para a discussão final alguns argumentos como, por exemplo, a particularidade de Ponta Porã por ser fronteira, a estrutura de segurança e a violência no município, na Faixa de Fronteira, e no Estado de Mato Grosso do Sul, além da opinião dos atores locais frente à situação.

Assim, surgem alguns questionamentos. Exemplo: se existem diferenças agudas entre os espaços comparados. Partindo desse princípio, a partir das análises estabelecidas diante dos dados numéricos e tabelas, na abordagem que relaciona a Faixa de Fronteira com o Estado de Mato Grosso do Sul, a situação dos municípios abordados com os crimes não os tornam violentos.

Os percentuais de furto, roubo e porte de droga ficam na margem dos 35% na Faixa de Fronteira, e a mesma ocupa aproximadamente 48% do território do estado e conta com 40% da população sul-mato-grossense. O único crime que se destaca é o de homicídios dolosos, que apresentam nos dois anos abordados 56%, não sendo um valor alarmante pelas proporções que a Faixa de Fronteira possui, mas que merece atenção.

Na abordagem da Faixa de Fronteira e Ponta Porã, é possível afirmar que quando são tratados os homicídios o município não possui destaque.

A evidência está nos números absolutos, que podem ser explicados pelo fato do contingente populacional, já que o mesmo é relativamente maior que dos outros, tendo sua situação semelhante somente a Corumbá. Porém, ao ser analisada a taxa por 100 mil habitantes, a incidência mostra a real conjuntura desses crimes, no qual Coronel Sapucaia e Paranhos se evidenciam, já que a proporção desses crimes nos referidos municípios é muito maior.

Mais uma vez, ao analisar os dados da mesma relação, porém com a abordagem nos crimes de furto, roubo e porte de droga, a incidência acontece de acordo com a quantidade populacional dos municípios, afirmando a situação de que o crime acontece em qualquer localidade, e que é intrínseca ao homem que gera a violência.

As taxas, quando comparados ao estado como um todo, demonstram que os valores de Ponta Porã seguem a lógica apresentada acima, na qual, não há destaque de incidência dos mesmos.

Ao analisar a relação de Ponta Porã com as maiores cidades de Mato Grosso do Sul, no quesito roubo, o referido município conta com valores semelhantes aos demais e, novamente, não possui destaque na incidência de tal criminalidade.

Ao discutir os crimes de furto, Ponta Porã apresenta o maior crescimento dentre os municípios analisados, porém, com os valores menos significativos, o que faz com que o local de estudo ainda não se torne proeminente. Vale lembrar de que o aumento de um ano para o outro foi maior, porém, é somente algo a ser manipulado pelas autoridades de direito para que não aconteça mais. De qualquer forma, ainda é o de menor incidência.

A única situação de todas as abordadas anteriormente é a incidência de homicídios dolosos, no qual Ponta Porã é o único município que apresenta crescimento positivo de 2012 para 2013 e proporções referentes ao percentual de incidência são maiores que as outras. Mas, vale lembrar, que é o único caso no qual a referida localidade possui dados alarmantes.

Apresentada a situação dos dados, para permear os argumentos anteriores, da particularidade da fronteira e da estrutura da segurança, discute-se, então, a opinião dos entrevistados, que somam elementos ao contexto aqui debatido além de expressar como a população se insere em tal cenário.

A questão da segurança e da violência em Ponta Porã, como salientado em algumas entrevistas, pode ser mascarada pela imprensa e pelos meios de comunicação sociais, de forma a apresentar uma realidade nem sempre verídica. A fama de violenta pode ser acentuada pelo fato de estar situada em local vulnerável às ações de combate ao crime, como comentado por Machado (2005):

Uma característica global das cidades atuais em todos os continentes é a ação de redes ilegais. No entanto, grande parte dos governos desloca para as cidades de fronteira, principalmente para as cidades-gêmeas, a responsabilidade pela ação dessas redes, ou seja, faz uso do antigo recurso de distanciar e marginalizar inclusive geograficamente questões que perpassam o conjunto social (2007, p. 68).

Assim, é possível desmitificar que Ponta Porã traz consigo elementos que tornem o espaço inseguro e violento. Vale lembrar que tais situações se desenvolvem em qualquer localidade e com a referida cidade não seria diferente. A violência parte do homem podendo configurar o fato de estar intrínseca a qualquer espaço habitado.

Tais situações de perigo existem para quem de fato se envolve com o ilícito, confirmando o fato de que essa realidade pode ser vivida em qualquer lugar. A presença da ilegalidade está presente em todo o território estadual, nacional e mundial, não permitindo a impunidade aos lugares em que o homem esteja presente.

Todos esses fatos podem ser confirmados pelos relatos dos entrevistados quem em momento algum criticam Ponta Porã, pelo contrário, a elogiam, ora dizendo que é um ótimo lugar para se viver, ora dizendo que não pretendem ir embora e, para quem regressa, não quer mais sair. Destaca-se, ainda, que existe um único caso, dentre as várias entrevistas realizadas no qual a entrevistada expõe que se sente insegura, mas é singular.

Destaca-se esse fato de que das 9 pessoas que expressaram suas opiniões quanto ao sentimento de segurança em Ponta Porã, somente 1 relatou que é insegura, as demais elogiaram o município, como um bom lugar para se viver. Tal realidade confirma os dados quantitativos discutidos anteriormente, conforme destacado pelo prefeito, que diz que os índices de violência em Ponta Porã são similares a qualquer outro município.

Alguns elementos são criticados para explicar tal fato, com o caso do promotor e da assistente social, que elucidam que existe um mito da insegurança em Ponta Porã, que o principal manipulador de tal situação é a mídia.

Os delegados destacam, ainda, que o problema encontra-se na população migrante que vem com o intuito de praticar o crime na fronteira, mas que também não necessariamente pode ser informação real. Elucidam que elas são delituosas e que a população local é pacífica em sua maioria como relatado por um dos comerciantes, dizendo que na fronteira todos são como um só.

Um dos gestores aponta que a fronteira possui mais vantagens do que desvantagens, tanto para os países como para a população. Tal situação,

consequentemente, exige da população uma adaptação natural ao ambiente fronteiro que é diversificado, onde um comerciante e um entrevistado no hospital dizem que o delito existe, mas que não interfere no cotidiano dos mesms.

Um dos delegados expõe que existe o envolvimento natural com o crime na fronteira, mas esse fator não pode ser generalizado, sendo característica do município onde exerce sua função e não acontece em Ponta Porã.

Também não ocorre no município a atuação de grandes grupos de comando de tráfico de drogas, já que os mesmos atuam efetivamente no Paraguai, como colocado pelos delegados e por um comerciante.

O mesmo empreendedor relata que o crime na fronteira mudou, confirmando o exposto acima, que anteriormente era gerido localmente e atualmente é pelo migrante, conforme discussões dos capítulos anteriores. O comerciante paraguaio incita o fato de que o contrabando em Ponta Porã não é o problema, já que Foz do Iguaçu domina tal segmento do crime.

Dessa forma, é possível verificar segundo os atores locais que Ponta Porã é um município como qualquer outro, conforme apresentado pelos dados. A singularidade fronteira é clara, mas não traz ao referido local a insegurança, que por sua vez, está presente por todo o território.

O que a população sugere, de forma geral, é a constituição de um equipamento de segurança que efetivamente possa realizar o seu serviço de maneira eficaz, seja por aumento de efetivo, ou pela capacitação dos mesmos.

Além disso, como colocado pelo delegado, é necessário que houvesse melhor integração entre os responsáveis que gerenciam tal situação. Coloca-se, ainda, que só pelo fato de estar situado na fronteira é necessário suporte e contingente policial elevado. Diante disso, pergunta-se porque tão poucos e, como apresentado nas entrevistas, municípios do estado de Mato Grosso do Sul com população consideravelmente menor, e um efetivo mais bem equipado e estruturado.

É fato que as questões políticas e sociais influenciam nesse quesito, mas Ponta Porã não deve ser esquecida e abandonada, como colocado por Machado *et al* (2006), ao caracterizarem a faixa de fronteira e, por conseguinte, expressarem o que de fato deve ser feito:

A preocupação com a segurança nacional, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional continental do país, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda as especificidades regionais, nem do ponto de vista econômico nem da cidadania fronteiriça. Motivos para isso não faltaram até o passado recente, como a baixa densidade demográfica, a “vocação atlântica” do país, as grandes distâncias e as dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios (2006, p. 87-88).

Opinam que a fronteira não é um local comum e que deve ser tratado com particularidade por parte dos órgãos de segurança, ao passo que envolve elementos destoantes da realidade dos demais municípios brasileiros, pelo fato de estar na fronteira e em completa integração com o município paraguaio de Pedro Juan Caballero.

Os dados apresentados e comentados anteriormente deixam claro o fato de que a Faixa de Fronteira não se destaca em nível Estadual, Ponta Porã não se evidencia na Faixa de Fronteira nos quesitos delituosos e, também, não é evidente quando confrontada com municípios de população significativa do Estado de Mato Grosso do Sul, excetuando o único caso no qual se revela incidente, o de homicídios dolosos.

Conclusão

A partir do exposto, discute-se então o que o cruzamento das informações quantitativas e qualitativas proporcionou ao presente trabalho, corroborando em uma conclusão transparente.

Foi possível atingir o objetivo geral de demonstrar como se instaura a violência e a segurança a partir das informações discutidas no capítulo anterior, salientando o fato de que a fronteira é diferenciada e deve ser tratada como tal. Os números foram significantes e os relatos dos atores locais foram complementares, propiciando os resultados discutidos.

Para que fosse possível, inicialmente foi necessário compreender Ponta Porã como fronteira e fazer o comparativo de seus dados com as cidades-gêmeas selecionadas, a Faixa de Fronteira e as grandes cidades do Estado de Mato Grosso do Sul. Em consonância, analisar como os atores locais retratam a fronteira, correlacionando as informações qualitativas e quantitativas.

Dessa forma, compreende-se como é o funcionamento da segurança em um município fronteiriço.

Através do estudo é possível definir a metodologia como válida e pertinente, já que a análise dos dados apresentados pôde configurar a incidência de crimes nas relações abordadas e ligadas à Ponta Porã. Partindo do levantamento bibliográfico que permite a compreensão de o que é a fronteira, seus conceitos, mudanças e reflexos, contribuindo para a realização da etapa prática da pesquisa geográfica. Essencial e crucial se faz a pesquisa de campo e realização de entrevistas, que permitiu elucidar a realidade dos atores locais e que, por sua vez, é a melhor maneira de ilustrar o cenário.

Assim, é possível concluir que Ponta Porã não é uma localidade insegura, mesmo com problemas na atuação dos órgãos de segurança. Verifica-se e desmitifica-se a violência e a insegurança exacerbada de Ponta Porã e que a fronteira é um local propício ao crime, no qual baseado nos dados estatísticos pôde-se comprovar tal situação.

Essa situação é confirmada pela posição da sociedade que habita e reside na fronteira, configurando um espaço como outro qualquer, e não a situação fronteiriça do referido município que a faz violenta ou insegura.

Portanto, caracteriza-se Ponta Porã e a fronteira em que está inserida como um espaço no qual não deve ser diferenciado pela sua condição geográfica de situar-se em uma localidade fronteiriça.

Referências bibliográficas

ARNAUD, A. **Governar sem fronteiras entre a globalização e pós-globalização**. Crítica à razão jurídica. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2007.

BARRETO, T. L. M. S. **Percepção e representação da violência na cidade de Manaus: os mapas mentais do policial militar**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. 2013.

BECKER, G. S. Crime and punishment : an economic approach. *Journal of political economy*. v. 76, n. 01, p. 16-217. 1968.

BENTO, F. R. Fronteiras, significado e valor - a partir do estudo da experiência das cidades-gêmeas de Rivera e Santana do Livramento. *Conjuntura Austral*, v. 03, p. 43-60, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010.

BRENNAN B., J.E. **De la frontera nacional a la frontera pluricultural**. *Frontera norte*. Vol . 22, nº 44, p. 265-276. 2010.

CAMPOS, S. F. de. **Ações integradas: segurança pública em área de fronteira**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, vol. 4, p. 152-164. 2009.

CARVALHO, T. R. **O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e o Mato Grosso do Sul: Discursos e Desdobramentos da Política Governamental na Fronteira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados. 2010.

DIAS, L. C. **Redes: emergência e organização**. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2000. P. 141-164.

GARCÍA, E. M. **Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales**. *Estudios Fronterizos*. Vol. 7, nº 13, p. 9-27. 2006.

IBGE. Contagem da População 2007 – População recenseada e estimada. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2015.

IBGE. Áreas Especiais, Cadastro de Municípios localizados na Faixa de Fronteira. Disponível em: ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira. Acesso em: 20 jan. 2015.

JELSMA, M. **El desarrollo de la fiscalización internacional de estupefacientes: Lecciones del pasado y desafíos para el futuro.** *Transational Institute*. Amsterdam, Alemanha, vol. 10, p. 1-20. 2011.

LIMA, J. F. de. **A concepção do espaço econômico polarizado.** *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Universidade do Quebec em Chicoutimi, vol. 4, p. 7-14. 2003.

MACHADO, L. O. **Limites e Fronteiras: Da alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade.** *Revista Território*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano V, vol. 8 p.7-23. 2000.

_____. **Cidades na Fronteira Internacional: Conceitos e Tipologia.** Em A. Nuñez, M. M. Padoin, T. C. M. de Oliveira (Orgs.). *Dilemas e Diálogos Platinos. Fronteiras*. Dourados: UFGD, p. 59-72. 2005.

_____; HAESBAERT, R. ; RIBEIRO, L. P. ; STEIMAN, R. ; PEITER, P. C. ; NOVAES, A. R. . **Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica.** In: Tito Carlos Machado de Oliveira. (Org.). *Território sem Limites. Estudos sobre Fronteiras*. 1ed.Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006, v. 1, p. 87-112.

MARTÍNEZ, M. V. **Ciudad y fronteras.** *Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*. Vol. 9, nº 17, p. 21-27. Venezuela. 2004.

MÉNDEZ, R. **Innovación y redes de cooperación para el Desarrollo Local.** *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Universidad Complutense de Madrid, vol. 2, p. 37-44. 2001.

OLIVEIRA, G. F.; COSTA G. V. L. da. **Redes ilegais e trabalho ilícito: comércio de drogas na região de Corumbá/Brasil – Puerto Quijarro/Bolívia.** *Boletim Gaúcho de Geografia*, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, ed. 38, p. 137-155. 2012.

OLIVEIRA, T. C. M. **A lógica espacial do território fronteiriço – os casos das aglomerações de Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Ládário-Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suarez.** In: SEBRAE/MS: Mato Grosso do Sul sem Fronteiras. FOMIN-BID. Ed. Visão: Campo Grande, 2010.

_____. **Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Ponta Porã.** Tito Carlos Machado de Oliveira. (Coord.) – Mato Grosso do Sul, Campo Grande: [s.n.], 2010.

_____; ODDONE, N. . **Vulnerabilidades e Potencialidades na Fronteira Mesopotâmia - o território entre o Brasil e o Paraguai, entre os rios Paraná e Paraguai.** In: Héctor Hugo Trinchero; Tito Carlos Machado de Oliveira. (Org.). *Fronteiras Platinas - Território e Sociedade*. 1ª ed. Dourados: Ed. UFGD, 2012, v. 1, p. 149-178.

_____; LINJARDI, L. G. S. **Carga pesada das mulas – sobre mulheres traficantes na fronteira Brasil-Bolívia.** *Ideação – Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde da Unioeste*. Vol. 15, nº 02, p. 70-95. 2013.

_____. **Fronteras en América Latina: reflexiones metodológicas.** In: Héctor Hugo Trincherro; Luis Campos Muñoz ; Sebastián Valverde. (Org.). *Pueblos indígenas, Estados nacionales y fronteras - Tensiones y paradojas de los procesos de transición contemporáneos en América Latina*. 1ª ed. Buenos Aires: Ed. Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2014, v. 1, p. 73-94.

PIOVESAN, C. T.; BATELLA, W. B. **“Insegurança urbana: riscos e vulnerabilidade na percepção dos moradores do bairro São Pedro em Chapecó – SC”.** IV Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS. Anais. Chapecó, 2014.

ROCHA, L. B. **Fenomenologia, semiótica e Geografia da percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico.** *Revista da Casa da Geografia de Sobral*. Sobral, CE, vol. 4/5, págs. 67-79. 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 1-259. Coleção Milton Santos.

SCHRAIBER L. ; D'OLIVEIRA, A. F. ; HANADA, H. ; FIGUEIREDO, W. ; COUTO, M. ; KISS, L. ; DURAND, J. ; PINHO, A. **Violência vivida: a dor que não tem nome.** *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. Vol. 7, nº 12, p. 41-54. 2003.

SEBRAE/MS: **Mato Grosso do Sul sem Fronteiras.** FOMIN-BID. Ed. Visão: Campo Grande, 2010.

SHIKIDA, P. F. A. ; BORILLI, S. P. **Economia do crime: estudo de casos nas penitenciárias paranaenses.** *Revista de Economia Política*. Universidade Federal de Rio Grande do Sul – Programa de Pós Graduação em Economia, Porto Alegre, p. 1-32. 2007.

VEIGA, J. E. da. **A face territorial do desenvolvimento.** *Interações: Revista Internacional de desenvolvimento local*. Universidade de São Paulo, vol. 3, p. 5-19. 2002.

VELLINGA, M. **Cambiar las reglas: Una reflexión sobre la industria de la droga.** *Trayectorias: Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León*. Nuevo León, México, vol. 22, p. 66-79. 2006.